

ATA Nº 14

Aos vinte de sete dias do mês de novembro do ano de **dois mil e dezanove**, pelas nove horas e quinze minutos, teve lugar, no **Auditório Dr. Jorge Gama**, nos **Paços do Concelho**, a **Sessão Ordinária** da Assembleia Municipal de Valença, com a **Ordem de Trabalhos que se segue**: _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	
II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”	
III – PERÍODO DA “ORDEM DO DIA	
1º -	APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
2º -	ATRIBUIÇÃO DA CHAVE DE HONRA DA CIDADE - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALENÇA
3º -	ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020, NORMAS DE EXECUÇÃO E MAPA DE PESSOAL
4º -	REGIME DE INCENTIVOS PARA O ANO 2020
5º -	ALBERGUE DE S. TEOTÓNIO - ALTERAÇÃO DA TAXA DE PERNOITA
6º -	ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS - ATUALIZAÇÃO DE VERBA
7º -	REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

O **Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Alberto Luís de Oliveira Vilas**, após constatar a existência do necessário quórum deu início aos trabalhos, proferindo a habitual saudação protocolar e desejando um trabalho profícuo em prol de Valença. _____

Pela Mesa foi verificada a **substituição** de alguns Membros deste órgão que, através de declaração escrita, fizeram chegar ao Secretariado de Apoio e à Mesa da Assembleia. Assim, usando da faculdade que lhes é permitida pelo artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro na redação dada pelo Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, os Membros Srs. Elisabete Frade Lopes Viana; Avelino António Oliveira Marinho; Vitor Manuel Costa de Oliveira; Óscar Gabriel Pereira da Silva e António Joaquim Dias, foram **substituídos**, no exercício das suas funções pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem de precedência da respetiva lista, respetivamente, pelos Membros Srs. Fernando Vidal Lourenço, Lara Denise Rocha Ana Cláudia Gomes Moreira, Carlos Aleixo Pereira Gomes e Luís António Lopes de Araújo. Mais foram verificadas as **faltas** dos Membros Srs. Vasco Rodrigo Marques Severino e Maria Benvinda de Oliveira Gonzalez desde já consideradas justificadas por unanimidade. _____

Verificadas as **substituições e as faltas**, a sessão contou com a presença dos seguintes Membros: _____

Alberto Luís Oliveira Vilas; Inês Rita da Silva Ferreira; Paulo Jorge da Cunha Esteves; Aurélia da Conceição Costa Correia; Paula Alexandra Melim dos Santos Natal; Jorge Moura Rodrigues; Cristóvão Amorim Pereira; Ana Raquel Soares Sanches; Isabel Granjo Vaz; Fernando Vidal Lourenço; Lara Denise Rocha; Ana Margarida Garcia Tomé; Luís Manuel Gomes Amorim; José António Lopes Nogueira; Manuel Álvaro Guimarães Gomes; Orlando Vasco da Cunha Oliveira; Ana Cláudia Gomes Moreira;

Carlos Aleixo Pereira Gomes; Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó; Jorge Manuel de Sousa Fagundes; Carlos Manuel Afonso Pereira; Manuel António Soares Brito; Rui Miguel Araújo Ferreira; João Batista Alpoim; Francisco José Rodrigues Romeu; Paulo Jorge Nobre Pacheco; Manuel Alberto Alves de Barros; Luís António Lopes de Araújo; Maria Fernanda Esteves Sousa Ferreira e José Manuel Montenegro Roda. _____

Os Membros Srs. Cristovão Pereira, José Nogueira, Ana Tomé, Álvaro Gomes, Orlando Oliveira Claudia Labrujó, Carlosd Pereira e José Rodas presenciaram a sessão a partir do início do período de interpelações ao Sr. Presidente da Câmara, sendo que o Membro Sr. Rui Ferreira presenciou a partir do 1º ponto da ordem de trabalhos - Apreciação da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal.

Para além dos membros da Assembleia Municipal, também estiveram presentes o **Sr. Presidente da Câmara Municipal, Manuel Rodrigues Lopes** e respetivos **Srs. Vereadores**. _____

Verificada a ausência do 2º Secretário da Mesa, Sra. Elisabete Viana, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal solicitou ao Membro Sra. Paula Natal coadjuvasse a mesa nos seus trabalhos. Assim, assumiram funções para 1º e 2º secretários, os Membros Srs. Paulo Esteves e Paula Natal, respetivamente. _____

I – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O **Sr. Presidente da Assembleia Municipal**, seguindo a ordem de trabalhos, solicitou junto do público presente inscrições para o respetivo período, não se tendo registado qualquer inscrição. _____

II – PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA”

Dando início ao período de antes da ordem do dia, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao **Primeiro Secretário, Sr. Paulo Esteves** que, após as saudações protocolares dirigidas a todos os presentes, procedeu à leitura sumária do expediente recebido e expedido, no período compreendido entre 17 de setembro último a 26 de novembro corrente, informando que a documentação se encontra à disposição dos Membros no dia da sessão e no secretariado de apoio, no Edifício dos Paços do Concelho.

Prosseguindo, o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que projeto da **ata n.º 13** foi objeto recolha de sugestões/correções e após ter procedido à abertura de discussão não surgiu qualquer objeção ou intervenção, pelo que **a Assembleia Municipal**, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 57º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e sem prejuízo da sua prévia aprovação sob a forma de minuta, para os efeitos do disposto no n.º 4 do citado artigo, deliberou, **por unanimidade**, aprovar a **ata n.º 13**, referente à sessão ordinária realizada, no dia **17 de setembro de 2019** num universo de **18 votantes**. Os Membros Srs. Paulo Esteves, Fernando Lourenço, Lara Denise, Carlos Aleixo, Álvaro Gomes, nos termos do n.º 3 do art.º 34.º do Dec- Lei n.º 4/2015 de 07 de janeiro não participaram na votação da ata por não terem estado presentes nessa mesma sessão. _____

INTERVENÇÕES E INTERPELAÇÕES

Passando às **interpelações ao Sr. Presidente da Câmara Municipal**, registaram-se as inscrições dos seguintes Membros Srs. Inês Ferreira, Aurélia Correia, Paula Natal, Jorge Moura, Isabel Vaz, Francisco Romeu, José Nogueira, Luís Amorim, Cláudia Labrujó e Paulo Esteves. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó**, após as habituais saudações, agradeceu a limpeza feita à lixeira por baixo do viaduto, embora lamentasse que em Valença apenas façam determinadas diligências, como a que acabou de referir, uma semana antes da realização das sessões da Assembleia Municipal. O Município tem que estar cuidado todo o ano. Seguidamente, questionou se as caleiras do atual edifício do Mercado Municipal têm sido alvo de limpeza da vegetação, ninhos, acumulação de terras, etc, assim como, mencionou que continua a verificar-se o despejo com a recuperação do Coreto Municipal que está em avançado estado de degradação. Talvez propositadamente para dar continuidade, no verão, aos concertos de homenagem aos conterrâneos Maestros. Seguidamente, questionou o motivo de as placas de fibro-cimento retiradas da paragem de autocarro em Friestas ainda estarem encostadas ao muro do campo de futebol uma vez que existe a imposição por diploma de deposição dos resíduos em alvéolos específicos. Mais, o que prevê o Executivo para evitar a acelerada desertificação das freguesias do Concelho, a nível de empregos, escolas e outros meios que permitam a fixação da população nas mesmas. Por último, solicitou informação sobre a atividade das comissões aprovadas no órgão deliberativo, uma vez que desde há 6 anos a esta parte, a Comissão do Acompanhamento do Aterro Sanitário reuniu uma única vez, ao que se sabe iria ser privatizada. Desde então paira o silêncio, presumindo a inatividade das mesmas. _____

- O Membro **Sr. Francisco Romeu**, após as habituais saudações, solicitou que fossem tomadas diligências no que concerne aos contentores subterrâneos para resíduos sólidos danificados e existentes na rua do Colégio Português. A pedido da população, agradeceu ao Município e ao atual Presidente da Câmara Municipal, Sr. Manuel Lopes todo o trabalho desenvolvido em prol da recuperação da Quinta de Sanfins. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira**, após as habituais saudações, felicitou o atual Presidente de Câmara pelo início do exercício efetivo do seu cargo, ficando expectantes que seja para o desenvolvimento do Concelho e da melhoria das condições de vida dos valencianos. Seguidamente, questionou-o sobre quantas reuniões teve o Conselho Municipal de Educação e que reuniões de outros conselhos tem havido, porque não têm tido qualquer informação sobre os mesmos, assim como também questionou sobre as condições de higiene do Albergue, taxa de ocupação e valores apurados anualmente pela sua exploração. Por último, questionou o que é que a Câmara Municipal ainda pensa ir buscar ao quadro comunitário “Portugal 2020” e atento à vacuidade do que vem no orçamento, o que se espera e o que poderá ser alcançado no quadro comunitário “Portugal 2030”. _____

- O Membro **Sr. Luís Amorim**, após as habituais saudações, também felicitou o atual Presidente da Câmara pelas suas novas funções, certo de que irá executar um excelente mandato, alertando-o no sentido de proceder, antes das grandes chuvadas, à limpeza das bermas e das sarjetas nas Avenida Miguel Dantas e Tito Fontes, evitando assim a formação de lençóis de água que com a passagem dos veículos molham os transeuntes dos passeios. Questionou se a Câmara Municipal está a monitorizar a fenda

aberta na via pública junto ao prédio do Centro de Emprego e que se prolonga até o muro de vedação desse edifício com deslocação para fora do nível do muro. É uma situação de extrema importância. Voltou alertar para a degradação do edifício da antiga guarda fiscal e da casa da CP, questionando acerca da previsão para intervenção ou parceria com a tutela para uma Residência Estudantil ou Pousada da Juventude. Também alertou para a falta de limpeza dos panos exteriores das muralhas, assim como para o estado avançado de degradação dos bairros sociais das freguesias de Friestas, de São Pedro da Torre e de Cerdal, questionando se está prevista alguma intervenção. _____

– O Membro **Sra. Inês Ferreira**, após as habituais saudações, cumprimentou o atual Presidente da Câmara, desejando-lhe um exercício na mesma linha estratégica que vem desde o primeiro mandato do Executivo, com rigor e nível de exigência. Seguidamente, congratulou-se com a colocação das bandeiras de todas as freguesias no Salão Nobre dos Paços do Município. _____

Seguidamente, mencionou que a Comissão de Proteção de Idosos e de Pessoas Dependentes está a funcionar e que a intervenção dos Srs. Presidente de Junta é extremamente vital para a necessidade de atenção redobrada e uma relação de proximidade com os cidadãos, especialmente com idosos, que sendo envergonhados, não conseguem expor a sua situação, de forma a evitar isolamento e falta de apoio. Há estudos sobre o nível de suicídio no país e no distrito. Gostaria que neste Concelho não sucedessem situações em que o desespero de quem lutou toda uma vida pelos filhos, pela sua terra, por eles próprios, cheguem a uma altura da vida em que concluem que já não vale a pena estar cá. _____

– O Membro **Sra. Aurélia Correia**, após as habituais saudações, agradeceu à Câmara Municipal todo o apoio proporcionado, designadamente para a cedência de um espaço para a nova sede da Delegação de Valença da Liga Portuguesa Contra o Cancro, com novo espaço na Rua Val Flores, no r/c do Edifício Atenas. Já estão reunidas as condições para proporcionar consultas gratuitas de Psico-oncologia ao doente, à família, e inclusivamente aos cuidadores e também será disponibilizado apoio social e apoio jurídico. A nova sede da Delegação será inaugurada dia 9 de dezembro. _____

- O Membro **Sra Paula Natal**, após as habituais saudações, desejou um excelente mandato ao atual Presidente da Câmara. Seguidamente, mencionou que no passado fim de semana decorreu, em Vila Nova de Gaia, mais uma edição do ENAJ- Encontro Nacional de Associações Juvenis, com a presença de centenas de jovens, dirigentes associativos, políticos, artistas, protagonistas e inspiradores de casos de empreendedorismo cultural, no qual foram discutidas questões a nível ambiental, empresarial, num ambiente de solidariedade, responsabilidade e criação de sinergias. Encontro no qual o Clube Desportivo Juvalença marcou a sua presença, cuja direção à semelhança do habitual não se poupa a esforços para envolver a juventude e dinamizá-la para a sociedade. _____

- O Membro **Sr. Jorge Moura**, após as habituais saudações, também desejou ao atual Presidente da Câmara as maiores felicidades no mandato que está certo que irá desempenhar, como sempre o fez, nos locais e nas atividades onde tem responsabilidades. Seguidamente, perguntou para quando se prevê a ligação da EN 13 ao Parque da Zona Industrial de Gandra e se tal ligação será apenas para fins industrial ou se terá outro tipo de finalidades. _____

- O Membro **Sra. Isabel Vaz**, após as habituais saudações, questionou o Sr. Presidente da Câmara, se

existe algum projeto para o embelezamento das rotundas da cidade de Valença. No seu entender a Cidade ficaria muito mais bonita e apelativa para o Turismo se as rotundas fossem embelezadas com esculturas ou objetos decorativos relacionados com as gentes da terra. _____

- O Membro **Sr. Paulo Esteves**, após as habituais saudações, interveio extemporaneamente acerca do falecimento do Sr. António de Lima Sousa, por não ter estado presente na última sessão do órgão, lamentando a perda de uma pessoa abnegada, empenhada quer na Assembleia Municipal quer na Junta de Freguesia de Gandra e Taião. Seguidamente, felicitou o atual Presidente da Câmara pelo seu novo cargo, no qual deposita confiança, pessoa com grande proximidade com os Presidentes de Junta e com conhecimento dos problemas e das necessidades das freguesias, uma grande mais valia. _____

Prosseguindo, mencionou que a prosperidade dos concelhos não se prende com grandes fábricas, prédios ou unidades industriais, mas sim com a criação de mais e melhores condições para os Valencianos e capacidade de atratividade para os forasteiros se fixarem em Valença. Qualidade de vida, designadamente através de espaços de lazer, zonas públicas jardins e cuidadas, segurança, iluminação, melhor ensino, etc. Será o desafio deste Concelho nos próximos anos e uma preocupação extensiva a todos os presentes e para a qual deverá existir uma colaboração mutua entre organismos públicos municipais e Governo Central. _____

Finalizadas as intervenções, o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que lhe foram solicitados. _____

O Sr. Presidente da Câmara Municipal começou por agradecer todas as palavras que aqui lhe foram dirigidas por inúmeros membros da Assembleia. Tudo fará para que o restante mandato seja um êxito e de cumprimento rigoroso, com a colaboração de todos. Continuará com a atitude de proximidade e correspondência nos anseios. _____

Seguidamente, começou por responder às questões que lhe haviam sido suscitadas, designadamente em relação à Limpeza do Município, que não pode ser vista pelo prisma do Membro Sra Cláudia Labrujó, porque a verificação do cumprimento de todas as cláusulas contratuais é feita por si e em caso de incumprimento encarrega-se de contactar a prestadora de serviços para a devida execução. No que concerne ao edifício do Mercado Municipal mencionou que existe uma praga de gaiotas e pombas em vários sítios do Concelho e nesse edifício acumulam lixo nas caleiras e danificam ainda mais o telhado, já em fim de vida e uma limpeza com máquina de lavar à pressão danificaria o restante de silicone existente nas juntas das chapas, à semelhança do que está a suceder no telhado do Edifício dos Paços do Município. Admitiu que o coreto do Jardim Municipal necessita de mais atenção, a seu tempo será resolvido. A propósito de atenção referiu que todos os dias percorre as freguesias no intuito de verificar a existência de problemas ou de situações que carecem de maior atenção. Quanto às placas de fibrocimento da paragem de autocarros de Friestas, mencionou que no final da sessão iria resolver o problema de imediato. No que concerne à desertificação das freguesias, o orçamento municipal contempla um aumento de 5% ao valor das verbas que lhes são transferidas anualmente para as freguesias, o maior aumento durante 7 anos. Na última reunião de Câmara foi aprovado a abertura do período de discussão pública do Relatório do Estado do Ordenamento do Território que irá servir de base à revisão do PDM, dando a possibilidade de desbloquear espaço para futuras construções. Nas freguesias

no período compreendido entre 18/06/2010 e 30/09/2019 foram licenciadas 925 obras, essencialmente nas freguesias mais próximas do Concelho, Valença, Cristêlo Covo e Arão, Gandra, em Taião, Cerdal, São Pedro da Torre e Ganfei e o Município desde 2018 implementou um regime de incentivos ao investimento, com reduções das taxas de habitação, construção e beneficiação que por exemplo em Gondelim é de 95%. A fixação de população no Concelho é um objetivo, e para o efeito no próximo ano vão receber 70% do valor do IRS que tinham que pagar ao Município. No que concerne à limpeza da vegetação na muralha, questionado pelo membro Sr. Luís Amorim, referiu que efetivamente tem sido impossível executá-la face às condições climatéricas do último mês. Existe demasiada humidade no solo para suportar um trator com uma capinadeira sem danificar. Esperam-se melhorias climatéricas nos próximos dias e assim que for possível a limpeza será executada à semelhança do habitual. _____

Quanto aos contentores de resíduos sólidos questionado pelo Sr. Francisco Romeu, mencionou que o contentor junto ao “Lepanto” tem um êmbolo que está danificado, têm diligenciado no sentido de reduzir esse tipo de avarias. Quanto à Quinta de Sanfins, foi demarcado um trilho que aconselhou visitar. Existe uma candidatura aprovada para a recuperação da casa do caseiro, que vai ter um centro de interpretação e umas casas de banhos, de apoio ao espaço. O muro de vedação está a ser reparado nas derrocadas e a colocar portões e cancelas com molas, para evitar que os animais entrem e danifiquem as recentes plantações, 6 hectares de plantação de castanheiro, 8 hectares de faias e uma pequenina parte de carvalhos e medronho. _____

Quanto às questões suscitadas pelo Membro Sr. José Nogueira, designadamente no que concerne às reuniões do Conselho Municipal de Educação informou que já reuniu em junho ou julho e vai reunir brevemente. No que concerne ao albergue, no ano de 2018 fechou com 9.000 ocupações, traduzindo-se numa receita de 42.000,00€ e taxa de ocupação média anual de 40%. No verão tem uma taxa de ocupação de 100%, considerando o espaço manifestamente insuficiente, sendo necessário disponibilizar espaço para pernoitar no Pavilhão Municipal. _____

O Portugal 2020 tem neste momento uma percentagem de execução de 40% e até 2020 deveríamos ter uma execução de mais 60%, que já foi reprogramado para 2023, que por sua vez vai acumular como 2030. No dia 18 de dezembro realiza-se um seminário na ESCE com todos os Presidentes de Câmara do Distrito, CCDR-N, e com duas pessoas ligadas aos fundos de investimento devido à preocupação que paira com a percentagem de execução dos fundos comunitários do Portugal 2020. A Câmara Municipal de Valença tem uma série de candidaturas apoiadas quer pelo FEDER, quer pelo “Portugal 2023”. _____

Quanto à limpeza das sarjetas na Avenida Miguel Dantas e Avenida de Espanha, mencionada pelo Membro Sr. Luís Amorim, já foram limpas pela empresa “SUMA” e pelas equipas dos sapadores, emergência das águas e piquete das águas, como forma de prevenção. A Zona mais problemática e preocupante é a Avenida de Espanha devido à queda da folha dos plátanos que funciona como um plástico não permitindo a recolha das águas pela sarjeta. A fenda junto ao Centro de Emprego foi aberta pela empresa dos serviços do gás, para a passagem da respetiva conduta, responsável durante 5 anos sobre a obra executada. Já é a segunda vez que acontece, esteve durante uns dias sinalizado, mas já está resolvido. Quanto ao antigo edifício da Guarda Fiscal depende da decisão de entrega do espaço pelo Coronel Cruz, Comandante do destacamento da GNR de Viana do Castelo, para aproveitamento do espaço para uma residência de estudantes ou coisa do género. Os bairros sociais precisam de algumas intervenções. _____

Terminadas as interpelações, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao período da ordem do dia, da ordem de trabalhos da presente sessão, concretamente à apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal. _____

III – PERÍODO DA “ ORDEM DO DIA”

PONTO 1º - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

O **Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições ao ponto supra referido constante da ordem do dia da agenda de trabalhos da presente sessão, tendo-se inscritos os Membros Srs. Inês Ferreira, Paula Natal, Francisco Romeu, Cláudia Labrujó, Luís Amorim e José Nogueira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** solicitou esclarecimentos sobre os processos judiciais descritos sob os números 12 e 13. _____

– O Membro **Sr. Francisco Romeu** referiu que as empreitadas “Veigas do Minho a pé” e “Valorização e interpretação Sítio de Importância Comunitária”, estão quase terminadas e parecendo-lhe área territorial de Ganfei, Verdoejo e Valença questionou se terão que proceder à limpeza dessa ecovia. Acredita que esta despesa não faça parte do aumento dos 5% de verba a transferir para as freguesias, por se tratar de muita área. Por último, voltou a questionar se a rede de saneamento na rua de Vilar, Ganfei em fase de preparação será executada a seguir à rede de saneamento de Gandra, já adjudicada. _____

– O Membro **Sr. Luís Amorim** a propósito da informação de empreitadas e projetos, questionou se o estaleiro que está a ser colocado no campo da feira é para a iniciação da empreitada de beneficiação do Cemitério Municipal, prevista para o início de novembro, uma vez que refere estar a concurso. Também verificou que estão a decorrer uns trabalhos de perfuração na Ponte Seca pelo que questionou se estão relacionados com a execução da Requalificação da Avenida de Tito Fontes, Senhor dos Esquecidos, uma vez que consta em celebração no contrato. _____

– O Membro **Sr. José Nogueira** solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que lhe falasse sobre as condições de higiene do albergue, dada a existência de problemas de vez em quando. Relativamente ao Portugal 2020, frisou que colocou questões concretas e o respondido nada acrescentou ao seu conhecimento, uma vez que lidera o Grupo Intermunicipal do Partido Socialista na CIM – Alto Minho. Olhando para a informação descrita: “*Pedidos de pagamento a fundos estruturais no montante líquido de 362.516,94*” mencionou que o futuro deverá passar pelo lançamento obras estruturantes como a extensão da A28 até Valença. Acabar com o constrangimento, palavras do PSD, de trânsito que passa na Avenida Dr. Tito Fontes e implicar uma ligação que saia ou que passe necessariamente no sopé do Monte do Faro, para ligar a Monção e Melgaço e ligar a autoestrada, autovia do Atlântico. No orçamento do Município refere: “*Aproveitaremos todas as oportunidades que possam surgir*” e “*Observe as grandes potencialidades do nosso território em termos industriais, agrícolas e socioculturais. Admire o valor excepcional do nosso património*”. Foi a este propósito que solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que especificasse o que quer fazer no Portugal 2020 e no quadro comunitário 2030. _____

Por último, solicitou que as atas das reuniões do Conselho Municipal de Segurança e de outros Conselhos

Municipais fossem enviadas aos líderes à semelhança do que sucedia noutros tempos, pelo menos dos Conselhos que dependam da Câmara, uma vez que os que dependem da Assembleia Municipal não reúnem e de forma a não ser surpreendido novamente, uma vez que tinha a indicação que o Conselho Municipal de Educação não funcionava. _____

– O Membro **Sra. Inês Ferreira** referiu que a “Requalificação do Centro Histórico de Valença - Zona 4”, apesar de ter decorrido com alguns imprevistos que surgiram por trás da Igreja de Santo Estevão, devido ao aparecimento de uma necrópole, o Arquitecto Souto Moura arranjou a solução de se implantar um jardim de oliveiras, que ficou muito bem, apesar de não concordar com outras soluções por este apresentadas para Valença. Finalizada esta fase da Fortaleza ter-se-á que começar a resolver os problemas das restantes fases sejam da execução do projeto ou da falta de preservação do espaço interior da fortaleza, principalmente por partes dos automobilistas. _____

Quanto à extensão da A 28 até Valença não lhe parece estar a depender do poder local mas sim da administração central, que neste momento está muito preocupada com o cumprimento do défice zero em relação ao PIB que pode ir até aos 3% deste. A dívida pública parece estar engavetada porque muitos países não cumprem. O Governo do Passos Coelho foi acusado de serem mais *troikista* do que a Troika, mas neste momento, temos o Presidente do Eurogrupo a querer um défice orçamental que seja 0% da riqueza do país, com o Serviço Nacional de Saúde, a educação, a justiça e a política uma vergonha. Temos o Ministro das Finanças que quer cumprir por estar a presidir o Eurogrupo, a qualquer custo mesmo na situação em que se encontra o país para não ficar mal perante os seus colegas. Fez-lhe lembrar o Dr. Oliveira Salazar quando ocupou o cargo de Ministro das Finanças a 28 de maio de 1926 que impunha o veto relativamente a qualquer despesa que os outros Ministérios apresentassem. No tempo do Dr. Passos Coelho a mensagem do Ministro das Finanças “*Vamos ter um aumento colossal de impostos*”, não foi muito bem acolhida, no entanto atualmente esse aumento existe de forma indireta, a população não o sente diretamente porque o paga nos impostos indiretos. _____

– O Membro **Sra. Paula Natal** questionou para quando se encontra prevista a transição de todo o processo das águas para as Águas do Alto Minho, bem como, do local físico para o atendimento à população e da intenção dos funcionários do Município afetos a este serviço transitarem para esta mesma empresa, uma vez que os benefícios associados à mesma são bastantes. _____

Seguidamente, mencionou que foi uma excelente ideia a colocação de oliveiras ao lado da Igreja de São Estevão em representação das estações da via-sacra, que segundo ouviu dizer foi da autoria do Arquitecto Souto Moura. Por outro lado, foi projetado e executado no largo em frente ao antigo hospital um “ponto de água/poço/tanque” que está a provocar desorganização de estacionamento. _____

Terminadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os esclarecimentos que entendesse por convenientes. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** começou por responder às questões que, por falta de tempo, não lhe foi possível, designadamente quanto às bandeiras das freguesias colocadas no auditório. O atual executivo entendeu que o salão nobre deveria ter a presença física das 16 freguesias representadas através das respetivas bandeiras. Quanto à Comissão da Proteção de Pessoas Idosas, mencionou que existe, está ativa e durante os anos 2017, 2018 e 2019, foram diversos casos sinalizados, alguns deles canalizados

para o Ministério Público para as devidas providências e seguimento. _____

Quanto à inauguração da Delegação de Valença da Liga Portuguesa Contra o Cancro e ao novo espaço físico para sede parabenizou a Sra Aurélia Correia, assim como o seu grupo de trabalho e a todas as pessoas que a acompanham nesta causa nobre pelo voluntariado executado e trabalho desenvolvido no sentido de que tal fosse uma realidade. Felicitou-a em nome da Câmara e do Executivo. _____

Seguidamente e em relação ao encontro de Jovens, mencionado pelo Membro Sra Paula Natal, referiu que é salutar que as coletividades se empenhem e se associem a este tipo de eventos, nos quais, uma vez mais, com a colaboração da Juvalença. _____

Quanto ao novo acesso à zona industrial de ligação à EN 13 referiu que está dividido em duas fases, estando em execução a 1.ª fase no valor de 330.000,00€, que compreende uma rotunda na estrada que liga a Cerdal, de acesso à antiga serralharia do “Sr. José Manuel” e contempla todas as infraestruturas, desde água, saneamento, fibra ótica, gás natural, inclusivamente o desvio das águas, de forma a corrigir 80 a 90% das inundações que surgem junto ao “Restaurante Lido” e canalizá-las até ao regato da Formigosa, assim como, dos caudais das águas pluviais provocados pela impermeabilização com a implementação de novas unidades industriais nessa Zona. Serão criadas estas e outras condições atentos ao futuro da zona industrial, designadamente acessibilidades. A rotunda existente na EN 13 junto à “Churrasqueira Lido” será futuramente eliminada por ser causadora de inúmeros acidentes e será construída uma nova com maior diâmetro com ligação ao Perum, zona de solo urbanizável, com efeitos no novo PDM. _____

Quanto à embelezamento das rotundas sugerido pelo Membro Sr. Isabel Vaz, concordou com o mesmo e referiu que por exemplo na rotunda entre o continente e o Quartel da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença ficaria bem uma estátua emblemática e alusiva aos Bombeiros Voluntários, considerando o mesmo para as restantes. Estão abertas a sugestões. _____

Em relação à intervenção do Membro Sr. Paulo Esteves em relação à assunção do novo cargo e à proximidade com a população, voltou a reforçar que continuará com essa mesma atitude de zelo e expressão na proximidade com os Srs. Presidentes de Junta e com a respetiva população e seus problemas, procurará dentro das suas disponibilidades e possibilidades ajudar e estar ao lado das pessoas do Município, assim como é sua obrigação, cativar e atrair gente de forma a colmatar a desertificação, principalmente nas freguesias mais distantes do núcleo urbano. Para o efeito e com o objetivo de criar maior competitividade em solo industrial têm feito mais investimento, designadamente na implementação de infraestruturas adequadas e necessários ao solo em apreço, assim como, a Interminho nas suas alienações dos prédios em relação ao valor tributado verifica-se uma perda de 4,50€/metro quadrado. Atualmente poderá dizer-se que existe uma capacidade de 100% para empregar a população deste Concelho. _____

Relativamente ao pedido de informação acerca dos processos judiciais solicitado pelo Membro Sra. Cláudia Labrujó, mencionou o nº 12 refere-se ao célebre saneamento em São Pedro da Torre, no qual a Câmara moveu uma ação indemnizatória, os réus foram condenados e recorreram da decisão. O processo nº 13 refere-se a um pedido de demolição da ampliação do edifício de habitação na Av.ª Miguel Dantas e que a chaminé que existem há muitos anos seja elevada nos termos do disposto no artigo 113.º do RGEU. _____

Em relação à execução e à responsabilidade da limpeza futura no que concerne à ecovia “Veigas do Minho a pé” que percorre as freguesias de Ganfei, Verdoejo e Valença referiu que todas as obras estão em

execução enquanto não tiverem receção provisória e que sua limpeza fará parte também do brio profissional dos Srs. Presidente de Junta na sua funcionalidade, beleza e limpeza, no entanto compreende a preocupação manifestada pelo Membro Sr. Francisco Romeu pois sabe que é impossível que esteja sempre limpa. Na Avenida de São Teotónio também tem esse problema com um carvalho cuja folha cai durante meses até rebentar novamente e a predominância das árvores na ecopista, são carvalhos. Quanto ao Saneamento em Vilar, Ganfei, está previsto executar-se o troço de Vilar até ao Paratudo, atentos às novas construções no local e à necessidade de as dotar de infraestruturas. _____

Relativamente à empreitada do beneficiação do Cemitério Municipal de Valença informou o Membro Sr. Luís Amorim que foi adjudicada à empresa “MSP”, cuja iniciação, prevista para a semana a seguir ao “Dia de Todos os Santos”, estava subjacente à apresentação do plano de segurança, entretanto apresentado. O estaleiro no campo da feira é para a obra do PAMUS, da rede ciclável, que liga a Avenida dos Combatentes da Grande Guerra ao Centro Coordenador de Transportes, passa na Estação de Caminhos de Ferro e vai sair na Ponte Seca. A ponte está a ser alvo de vedação com estacas para apoiar a ponte pedonal que ficará paralela ao passeio da Ponte Seca, por cima da catenária da IP e servirá de apoio à ponte pré-fabricada a ser colocada logo que seja viável. _____

Quanto à questão colocada pelo Membro Sr. José Nogueira acerca das condições de higiene no albergue referiu que existe uma equipa que efetua a limpeza diária desse espaço, de forma a que possua condições de higiene necessárias para receber os peregrinos, no entanto muitas das vezes não se verifica civismo por parte dos seus utilizadores e isso é um problema transversal a todas as instalações com este género de finalidade. O albergue possui capacidade para 60 pessoas com camaratas, objeto de desinfeção. Seguidamente, referiu que concorda que a extensão da A28 até Valença é uma obra estruturante para o Município e estão reunidas as condições e as forças políticas, com 3 deputados na Assembleia da República, para que o Governo concretize esse objetivo emblemático. Seria uma alternativa essencial para aqueles que não querem passar pelo centro de Valença, devido ao exaustivo movimento. _____

A requalificação do Centro Histórico, 4.ª fase está a aguardar a receção provisória estes dias. Quanto às iluminárias da 1.ª e 2.ª fase, já estava prevista a sua alteração para tecnologia LED, atentos à constante mudança de lâmpadas provocadas pela humidade e pela condensação das diferentes estações do ano. A transição para a nova tecnologia está a ser feita de forma gradual, em cerca de 4 lâmpadas/dia, justificando que no período que medeia entre a retirada e a colocação de LED’S, não existe iluminação. _

Respondendo ao membro Sra. Paula Natal, referiu que a transição oficial das águas para a nova empresa, ADAM ocorre no dia 1 de janeiro, com loja no Edifício Lepanto, para a qual transitam os funcionários que entender e caso se arrependam poderão regressar ao Município. Aqueles que não transitarem, serão afetados aos serviços mais deficitários em termos de mão-de-obra, como sendo nas obras e espaços verdes. Quanto às Oliveiras da via-sacra, referiu que é leigo quanto à matéria contudo considera que terá sido o nome adequado ao espaço. Quanto à fonte do largo Visconde de Guaratiba, da autoria do Arquiteto Souto Moura, estar a causar um estacionamento desorganizado a realidade é que não se verificou qualquer sugestão ou reclamação no âmbito da discussão pública do projeto global da Requalificação de todo o Centro Histórico, oportunidade para ter reclamado a ocupação daquele espaço. _____

Finalizados os esclarecimentos, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, José Nogueira e Inês Ferreira, tendo os restantes prescindido. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** questionou para que efeitos é o quiosque do Apoio ao Peregrino, colocado junto ao BPI, na avenida dos plátanos e se efetivamente é utilizado ou se há alguma perspetiva para o mesmo. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** solicitou que o esclarecesse se o terreno junto à Igreja de Santo Estevão onde foram plantadas as oliveiras é do Município, da Comissão Fabriqueira ou é da Igreja e quem pagou a requalificação desse espaço, uma vez que o dinheiro público não deve ser aplicado em propriedade que não é do Estado. _____

Quanto à política nacional e a propósito da intervenção da Deputada Sra Inês Ferreira, do Dr. Oliveira Salazar e comparar o Governo de PS dizendo que é fascista e que o Governo do Passos Coelho foi bom e críticas ao Ministro da Economia que não as percebe até porque nunca foram para além da Troika, sempre deram margem e parece que as contas agora estão certas, o problema é que parece que também há ligações negativas, para desestabilizar, para ver se chegam mais depressa ao Governo, mas da maneira que o PSD está, não me parece que cheguem assim tão depressa ao Governo. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** interveio para dizer ao seu antecessor que não chamou o atual Governo de fascista, não utilizou em momento algum tal termo. Falou do Ministro das Finanças, não falei do Ministro da Economia, não elogiou apenas fez uma comparação e uma leitura de factos nem referiu a atual situação do Partido ao qual pertence. Foi factual tudo quanto referiu sobre este assunto. _____

Relativamente à questão do terreno anexo à Igreja de Santo Estevão, se é propriedade da Comissão Fabriqueira ou não, perguntou quem era o proprietário do terreno que está junto às escadas de acesso à Igreja de Santo Estevão, que agora é de domínio público. _____

Finalizadas as intervenções, foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para os respetivos esclarecimentos. _____

O **Sr. Presidente da Câmara** referiu aos dois últimos intervenientes que de Política Nacional não se pronunciaria mas enquanto estiver a ocupar o cargo representaria todos os valencianos, os partidos, as ideologias políticas e religiões de igual forma. _____

Quanto ao quiosque de peregrinos existente junto ao “BPI” funciona apenas com os OTL’s e quando existe maior afluência de peregrinos no Concelho. _____

Quanto ao espaço onde foi feita plantação das oliveiras junto à Igreja de Santo Estevão, referiu que a intervenção foi feita pela Câmara Municipal e se forem às memórias provavelmente também partiriam do princípio que aquilo é do Município. Fez-se o nivelamento de pedras no espaço em frente à Igreja ficando a faltar resolver a questão de as galhas de carvalho de grande porte estarem a impedirem a iluminação naquela zona. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** não apareceu ninguém a reclamar o direito de propriedade enquanto decorrerão as obras, então é porque é do Município. _____

Finalizados os esclarecimentos, a Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da informação a que se refere a alínea c) do nº 2 do artº 25 da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, com o resumo da situação financeira do Município no dia 31 de outubro de 2019, assim como, da Listagem dos processos judiciais pendentes em 13/11/2019 e o estado dos mesmos; do ponto de situação de empreitadas e

projetos; do Apoio às freguesias e dos compromissos plurianuais assumidos entre 04/09/2019 a 14/11/2019. _____

Terminadas as interpelações políticas, o **Sr. Presidente da Assembleia** informou que seria oportuno fazer-se um **intervalo**, pelo que quando eram 11h24m interrompeu a sessão, tendo sido retomada quando eram 11h55m. _____

PONTO 2º – ATRIBUIÇÃO DA CHAVE DE HONRA DA CIDADE – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE VALENÇA

Por deliberação da Câmara Municipal, tomada em sua reunião de 17 de outubro findo, foi presente para conhecimento a atribuição da chave de honra da cidade à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença, entregue nas comemorações realizadas no dia 22/09/2019, recomendação apresentada para o efeito pelo PS na última sessão da Assembleia Municipal. Seguidamente, procedeu à abertura de inscrições ao ponto, tendo-se inscrito os Membros Srs. José Nogueira e Inês Ferreira. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** solicitou a palavra enquanto Deputado da Assembleia Municipal e apenas para se congratular com a atribuição da Chave de Honra à nobre Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença e pela entrega na comemoração do centenário da mesma, desencadeada na sequência da proposta de reconhecimento do mérito dessa associação por parte do Grupo Municipal do Partido Socialista, ao qual pertence. Apenas mais uma vez também para reconhecer os esforços que foram feitos pela Câmara Municipal, no sentido de colmatar, que julga ter sido um esquecimento, e de relevar a unanimidade que mereceu quer do executivo camarário quer da Assembleia Municipal. _____

- O Membro **Sra. Inês Ferreira** frisou e realçou que já na altura da proposta apoiaram unanimemente a iniciativa de atribuição da Chave do Município à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença e que também se congratularam com o 100.º aniversário da Associação, com a qual têm o maior respeito e admiração. _____

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** informou que em sede de Comissão Permanente, foi decidido que os: _____

PONTO 3º- ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO, NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL E MAPA DE PESSOAL PARA 2020

PONTO 4º- REGIME DE INCENTIVOS PARA 2020

PONTO 5º- ALTERAÇÃO DA TAXA DE PERNOITA DO ALBERGUE DE SÃO TEOTÓNIO

PONTO 6º- ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS – ATUALIZAÇÃO DE VERBA

seriam **discutidos em conjunto** e objeto de votação individualizada. No que concerne ao regime de

incentivos, o Sr. Presidente da Assembleia alertou para um lapso no teor da certidão na 2.^a página, “Reabilitação do centro histórico”, onde se lê “*Redução de 50% das taxas*” deve ler-se “*Isenção total*” de acordo com a proposta do Gabinete Técnico e que foi aprovada em Reunião de Câmara. Foram distribuídas cópias. _____

Por deliberações da Câmara Municipal, tomadas em suas reuniões de 31 de outubro findo e 14 de novembro corrente, foi presentes as propostas acompanhadas dos procedimentos inerentes às mesmas no que concerne ao Orçamento e Grandes Opções do Plano, Norma de Execução Orçamental e Mapa de Pessoal para 2020, atualização da verba do Acordo de Execução com as Freguesias, Regime de Incentivos para 2020 e a Alteração da Taxa de Pernoita do Albergue de São Teotónio, respetivamente.____

Seguidamente, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** procedeu à abertura de inscrições aos pontos supra referidos, tendo-se inscrito os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Aurélia Correia, Inês Ferreira, José Nogueira, Alberto Vilas, Cláudia Moreira e Paulo Esteves. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Labrujó** referiu que esteve presente na reunião realizada no âmbito do Estatuto do Direito da Oposição, deu sugestões e opiniões à proposta de Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, normas de execução e mapa de pessoal. Verifica que da proposta final consta na nota do Sr. Presidente a conclusão de várias obras. Seguidamente solicitou explicações de uma forma mais aprofundada acerca dos 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 5.º parágrafo da página 11, assim como na página 12 “*Relativamente às despesas com aquisição de bens e serviços, o orçamento para 2020 regista um decréscimo de cerca de 312.000,00€, estando incluídos os seguintes projetos e ações*” questionou se o que aumentou foi o preço ou o número de refeições e/ou os transportes e o motivo subjacente. Também solicitou esclarecimentos em relação à página 19 “*Pretende-se ainda para 2020 dar continuidade à execução do Plano Municipal Fogo Controlado*”. Finalizou em relação a este ponto, dizendo que se vai abster por não ser conhecedora aprofundada do orçamento, por falta de disponibilidade para o analisar e não poder votar em consciência.

Relativamente ao Regimes de Incentivos para o ano de 2020 questionou quais são as medidas que possuem para o Turismo e de que forma as pretendem alcançar, assim como para o acolhimento empresarial em que medida afirmar e consolidar o Município como polo de atração industrial será uma mais-valia albergando um sem-número de empresas se as mesmas não contratarem mão-de-obra da população residente em Valença ou atraírem pessoas a residir em Valença, em que setores desenvolverá a economia local e se vai ter uma receita que seja benéfica e substancial. Não é só trazer empresas, é trazer com um retorno que deve ser estudado. No que se refere às pequenas e médias empresas, é de louvar os incentivos aqui descritos, porém dever-se-á ter em atenção a negociação de postos de trabalhos e o incentivo com os grandes grupos económicos. Questionou a quantidade de empresas existentes e a percentagem que o Município está a prescindir de receita para promover estes incentivos. Segundo o Sr. Presidente de Câmara a Interminho está a prescindir de 4,5%/metro quadrado. Quanto à Fixação populacional solicitou que a esclarecesse do motivo subjacente e os critérios adotados para a aplicação das diferentes percentagens de isenção de taxas nas diferentes freguesias do concelho, uma vez que não compreende, como, ao haver menor licenciamento para habitação na freguesia de Cerdal a taxa de isenção seja de 95% e onde está a haver mais pedido de licenciamento, é de 75%. Também questionou para quando estarão em fase de execução os empreendimentos de interesse municipal, uma vez que têm

isenção total de todas as taxas. Quanto à reabilitação do centro histórico espera que deem um incentivo reforçado aos proprietários do edifício que se encontra nas traseiras deste mesmo edifício, uma vez que se encontra em avançado estado de degradação e em elevado risco para a segurança dos transeuntes. Trata-se de um edifício devoluto, em risco iminente de ruína, questionando de que é que a Câmara está à espera para tomar medidas mais consistentes para a resolução da situação. Por último, referiu que iria votar favoravelmente este regime de incentivos para 2020. _____

Prosseguindo e agora versando a sua intervenção sobre a Alteração da taxa de pernoita no Albergue de São Teotónio, mencionou que as questões que tinha para colocar já foram respondidas, que eram a taxa de ocupação e a problemática da higienização e desparasitação. Questionou que estudo e avaliação fizeram para propor este aumento e se efetivamente é necessário para alguma intervenção no edifício, para colmatar necessidades ou para diversificar a oferta do próprio albergue. _____

Relativamente à atualização da verba do acordo de execução com as Freguesias e ao regulamento do Conselho Municipal da Juventude mencionou nada ter a opor. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Moreira** pela escassez temporal solicitou que se considerem todos devidamente cumprimentados. A propósito do teor da página 36 do Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, “*O Município pretende implementar o Cartão Eurocidade Valença Tui com o objetivo de facultar aos utentes, o acesso a bens e serviços a preços mais acessíveis, em especial aos jovens*” perguntou se para a instituição do cartão jovem, prometido desde 2011, se terá que aguardar mais 2 anos para atingir o mesmo tempo de espera, 10 anos, para a instituição do Conselho Municipal da Juventude ou se efetivamente já está a ser operacionalizado para entrar em circulação no próximo ano e em caso afirmativo que serviços serão incluídos. _____

A propósito da sua intervenção no ponto anterior quanto à habitação, referiu que a Juventude Socialista de Valença desenvolveu, há uns meses atrás, uma atividade que teve mais do que caráter político, um caráter de discussão daquilo que deveriam ser as políticas jovens do Alto Minho nos próximos anos e, a Deputada Marina Gonçalves, que neste momento os representa pelo distrito de Viana na Assembleia da República, fez uma intervenção muito interessante, na qual dizia que o preço dos serviços e dos bens é estabelecido em função da oferta e da procura. Relativamente à habitação, atualmente temos muita procura e pouca oferta e é preciso uma mão invisível que poderia vir a ser a Câmara Municipal. Se há edifícios da Câmara Municipal que não estão a ser utilizados e que podem ser reaproveitados para habitação, porque não levar essa intervenção a cabo, criar uma habitação que os jovens possam usufruir e estabelecer um preço base menor do que aquele que os particulares estão a oferecer neste momento, obrigando-os assim também eles a descerem o preço dos seus arrendamentos a criar-se aqui um equilíbrio e não um desfasamento numa cidade relativamente pequena. _____

Terminou a intervenção, porque não podia deixar de o fazer, senão não ia com a consciência tranquila para casa, a dizer o seguinte: relativamente ao ponto anterior que referiu, o processo judicial n.º 12, uma ressalva, senhor Presidente, os advogados não fazem negócio, ou se o fazem, incorrem numa violação do código deontológico e esse processo não tem 1 advogado, tem 2, e garantiu-lhe que nenhum deles está a fazer negócio com ele, e se olhar para quem são os mandatários judiciais nesse processo, percebe porque é que eu lhe digo que nenhum deles está a fazer negócio com ele. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** mencionou que considerando o regime de incentivos para 2020 ser similar ao regime apresentado em 2019, apenas com a introdução de uma pequena *nuance* na dispensa de cauções na liquidação das taxas, com o intuito de promover maior dinamismo económico, a fixação de população residente e um ambiente mais favorável ao investimento e que o Partido Socialista votou favoravelmente em 2018 e 2019, o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar a favor do regime de incentivos para 2020. Relativamente à alteração de taxas de pernoita no albergue de São Teotónio, mencionou que a justificação apresentada pela Câmara do funcionamento ininterrupto do albergue de São Teotónio para permitir a receção dos peregrinos a qualquer hora, é plausível e aceitável pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar a favor, com a indicação da necessidade de prestar melhores condições de higiene. Quanto ao acordo de execução com as freguesias, o Executivo Municipal propõe uma atualização de verba transferida pelo Município às Juntas de Freguesia, ao abrigo do atual acordo de execução que vigora até 2021. Na atualização proposta, consta um aumento de 5% da verba a transferir para cada Freguesia do Concelho, pelo que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar a favor, esperando que no futuro estas verbas sofram um aumento muito mais significativo. Não basta dizer que são a favor da regionalização ou da transferência de competências do Governo para as autarquias, dentro das próprias autarquias, a relação de proximidade que os autarcas de Freguesia, as Juntas de Freguesia têm com os seus fregueses é importante e com certeza que saberão melhor cumprir e aplicar as verbas de o que a própria Câmara Municipal, independentemente da relação de proximidade que possa ser estabelecida pela Câmara Municipal com essas mesmas freguesias. Quanto ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020, normas de execução e mapa de pessoal mencionou que o Partido Socialista iria votar contra. O valor do orçamento de 2020 é de 19,7 milhões, ou seja 1,1 milhões inferior ao orçamento do ano transato. Quanto à despesa, há 3,5% de IRS aos valencianos, mais 0,5% face a 2019, e há mais 5% da verba transferida para as freguesias do Concelho, face a 2019, no âmbito da atualização da verba, ao abrigo do acordo de execução, 50% do valor da despesa está dividido entre custos com pessoal e obras de investimentos; os aumentos do custo de pessoal, fruto do previsível aumento do salário mínimo nacional, do descongelamento das carreiras e da transferência de competências na área da Educação, tem o valor total de despesa com pessoal de 6.000.000,00€, que consubstanciam um aumento de 160.000,00€ face a 2019; as despesas com obras, principais investimentos, entre um total de 3,5 a 4.000.000,00€; requalificação do Agrupamento de Escolas de Muralhas do Minho, 1,5 milhões de euros a cargo do Município; requalificação do Largo Acácio Fernandes aos Esquecidos; o PAMUS – Mobilidade Urbana, acesso à zona industrial; obras de saneamento em Picões, Gandra – verbas comunitárias; cemitério municipal, 1.ª fase – 100.000,00€; refeições escolares – 110.000,00€; transporte escolar – 150.000,00€; e atividades de enriquecimento curricular – 100.000,00€. E quanto à principal receita, o IMI, há perda de receita da prestação de serviço de distribuição de água e saneamento, avaliada em cerca de 1.000.000,00€, devido à parceria intermunicipal com as Águas de Portugal, para constituição das Águas do Alto Minho. Em termos gerais, globais e genéricos o Executivo Municipal continua a adotar a estratégia do jogar pelo seguro, para garantir o chavão do equilíbrio das contas, num orçamento de pouco mais que gestão corrente, demonstrando pouco rasgo para idealizar e realizar investimentos essenciais para catapultar Valença para um patamar de excelência na região. O facto de incluírem, no orçamento para 2020, investimentos que já constavam do orçamento de 2019, que se vão protelando de orçamento em orçamento, de se agarrarem à candidatura da Fortaleza de Valença a Património da UNESCO, em todos os orçamentos que vão apresentando, sem desenvolvimentos visíveis e significativos, nem

resultados práticos dessa candidatura, de deixarem rubricas abertas com valores residuais, só para somar ao valor do orçamento, ficando em dúvida a real vontade da sua concretização. Um parêntesis, quando nas suas intervenções anteriores colocou questões sobre o Portugal 2020 e o 2030, que não era política nacional, mas sim sobre o que se esperava para o Concelho e ficou, na altura, sem resposta. A crítica tem toda a razão de ser uma vez que é um orçamento mais uma vez de verba aberta. Este Município irá a reboque dos outros, da CIM. Marcar a diferença é importante e isto não é política nacional, isto é zelar pelos interesses de Valença e dos valencianos. O facto do Executivo Municipal apresentar algumas rubricas do lado das despesas, muito vagas e generalistas, a título de exemplo, a rubrica no valor total de 1.810.000,00€ intitulada “*Outros serviços*”, onde caberão valores para projetos de candidaturas a fundos europeus, atividades culturais e desportivas, entre outras de carácter automático, estão a negligenciar áreas fundamentais para o progresso e desenvolvimento de qualquer Município, que deveriam ser estruturantes para o futuro de Valença. Resposta à problemática da habitação, já falada – fixação dos jovens no nosso Concelho, – falado pela oradora que antecedeu – ligação dos nossos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da ESCE, à realidade empresarial da nossa região, no sentido de proporcionar uma melhor transição da área académica para o mundo laboral, desertificação das freguesias rurais do Concelho, entre outras, áreas em que a Câmara Municipal deverá ser a locomotiva. O facto da parceria multimunicipal com a Águas de Portugal, começar já a ter um impacto negativo em 2020, com quebras na receita de cerca de 1.000.000,00€ na faturação da água e saneamento, que agora transitam para as Águas do Alto Minho, que superam o valor previsto na diminuição da despesa, dentro da mesma rubrica da água e saneamento, consubstanciando um saldo negativo para o Município, e esta realidade foi assumida pelo Diretor Financeiro do Município, na reunião dos partidos com o Executivo, embora se tentasse maquilhar o facto, dizendo que é um valor que, sendo prejudicial ao Município, não será substancial. O facto de apesar de se ter apresentado como bandeira eleitoral, a requalificação a zona do antigo campo da feira e do jardim municipal e de abrirem rubricas residuais para o efeito no orçamento anterior, continuam a adiar este tipo de obras e projetos estruturantes para o futuro de Valença, não tendo rasgo, visão, nem determinação para os levar a cabo, limitando-se às festas e festinhas de pouca repercussão. As propostas do PS, – para não dizerem que só criticam e que não apresentam propostas – foram lançadas e explicitadas na reunião do Executivo com os partidos, a consubstanciar a posição construtiva na oposição, são, entre outras, a construção de creches na zona industrial de Gandra, para satisfazer as necessidades dos trabalhadores, no cuidado dos filhos, atendendo aos seus horários específicos; desenvolver programa inovador de habitações a custos controlados, que promovam a fixação dos jovens em Valença; criação de um evento de referência que projete a marca Valença a nível regional, nacional e internacional; recriação histórica sobre monumentos marcantes da história coletiva valenciana, juntando história, gastronomia e património com a Fortaleza de Valença como pano de fundo; promoção da feira de emprego e formação, estabelecendo uma forte ligação da ESCE, da ETAP, e das demais escolas no ensino público, com um tecido empresarial local, regional e euroregional; apostar no empreendedorismo e na fixação da massa crítica criada na ESCE, com sede no nosso Concelho, com a incubação, o desenvolvimento e a afirmação de ideias de negócios, e a criação de espaços de *coworking* em Valença. Tendo em conta a continuação do investimento do Município em iluminação de tecnologia LED, e a poupança energética a si associada, o PS alertou o Presidente da Câmara Municipal de Valença para a necessidade de repor a iluminação pública na totalidade do período noturno em todas as freguesias do Concelho, em nome da ordem, da segurança e de melhor qualidade de vida. No decurso dos

problemas de segurança e dos acontecimentos recentes no Agrupamento de Escolas de Murallas do Minho, focámos a discussão no essencial, a segurança de toda a comunidade educativa – pessoal docente, não docente, alunos e pais – enquanto outros preferiram focar-se no acessório e mais sensacionalista, ou seja, a questão étnica. Nesse sentido, propuseram ou sondaram a possibilidade de alargamento de atuação da equipa do projeto Escola Segura, em termos operacionais e de horário, e no limite, a contratação de uma empresa de segurança privada, que permita uma resposta mais pronta, eficaz e preparada às incidências de segurança que ocorram no contexto escolar. _____

- O Membro Sr. **Paulo Esteves** começou por mencionar que apesar de ter formação em Finanças Públicas e em Economia Política não se sente suficientemente habilitado para debater este orçamento autárquico, assim como considera o prazo, disponível para análise, demasiado curto. Não é por acaso que na Assembleia da República há comissões especializadas de todos os partidos, para discussão das Grandes Opções do Plano a nível nacional, o que não sucede a nível autárquico. Independentemente daquilo que possam ser apreciações setoriais ou de comissão de especialidade, o orçamento baixou 1.000.000,00€. O que o preocupa é que consiga ser feita mais obra com menos dinheiro sem onerar o contribuinte, conseguir-se racionalizar o esforço, gerir melhor aquilo que é a receita pública. Não lhe importa muito ter um orçamento muito grande, porque depois sucede o sistema das cativações. É um documento meramente orientativo. Quando se fala em hipotecar as gerações futuras, hipotecar é endividá-las significa gastar mais do que se tem e portanto aquilo que se deve fazer é uma gestão controlada. Por outro lado, a questão das rendas, designadamente para os estudantes, é manifestamente preocupante e relevante. Infelizmente o mercado está liberalizado. Mas, há um princípio geral que a aplicação da lei é geral e abstrata, e aplica-se a todo o lado, não se pode ter um regime de exceção, contingência e limitação do valor de renda no Concelho de Valença, porque tem que ser uma política do Ministério da Educação que se aplique ao país inteiro. É fundamental refletir sobre a grande diferença entre a capacidade financeira dos alunos portugueses no pagamento de arrendamento da totalidade do curso à semelhança dos alunos do Erasmus que vêm com grandes bolsas de estudo e capacidade financeiras. ____

- O Membro Sr. **Alberto Vilas** começou por referir que iria dar uma perspetiva eventualmente diferente daquilo que foi dado até aqui, nomeadamente pelo representante do Partido Socialista, porque como é normal, aceitável e razoável, que hajam perspetivas diferentes sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano. Trata-se de um orçamento realista que procura ir ao encontro das necessidades das populações e no interesse em que a sua taxa de execução seja alta, o que não pode ser, de modo algum, considerado um chavão. Concretizar o máximo possível um orçamento é planear e atingir os objetivos que foram propostos no ano anterior e ir ao encontro daquilo que é o interesse dos valencianos, designadamente, com a conclusão das requalificações da Fortaleza e do complexo escolar Escola Básica e Secundária Murallas do Minho – como bem sabem, obra prometida e anunciada durante vários anos, mas só agora a ser concretizada – da Ecovia das Veigas do Rio Minho, dos Passadiços do Mosteiro de Sanfins, do Parque Urbano de São Pedro da Torre, de Valença Cidade Ciclável, requalificação da entrada norte de Valença, o novo cais de São Pedro da Torre, acesso ao parque empresarial de Valença. Tudo quanto acabou de referenciar é a procura da melhoria das necessidades básicas e da qualidade de vida de todos os munícipes. O desenvolvimento sustentável integrado de Valença, num todo e não em parte, a realização de novos investimentos aproveitando, naturalmente, e ainda bem, a participação dos

fundos comunitários, o cumprimento da lei dos compromissos, de pagamentos em atraso, que muitas Câmaras não o conseguem cumprir, mesmo no nosso distrito, recorrem a planos de ajuda estatal para o efeito, felizmente, o Município de Valença não teve necessidade de fazer, quer agora, quer no passado, esperam que agora com a nova presidência, assim continue a trilhar e é isso que lhes promete este orçamento. Acreditam ser um bom orçamento para as pessoas, para as famílias, porque reduz o IMI, devolve ainda mais o IRS, os tais 70% daquilo que o Estado permite arrecadar como Município, que se cada um for verificar na sua declaração final de IRS, verificam uma verba específica que diz respeito a esta devolução, que certamente vão considerar importante e valorizar. Aplica atividades e medidas de ação social para os mais desprotegidos, para colmatar as suas dificuldades e carências. Vai também ao encontro das empresas, procura criar condições físicas e estruturais para que elas se continuem a instalar neste Concelho. Só mesmo quem não quer ver, só quem andar muito distraído é que não pode vir aqui assumir que Valença tem feito um excelente esforço na captação de indústria no nosso Concelho. Se depois vai haver trabalho ou não, se depois vai haver candidatos para o emprego, logo se discutirá, mas o importante é que as empresas se fixem em Valença, porque se se fixarem em Valença estão a criar riqueza, naturalmente estão a distribuir rendimento para os seus funcionários. Consideram a redução das taxas uma boa medida para a fixação das empresas. Obras estruturais na zona industrial e seu acesso, promove o desenvolvimento sustentável e a coesão social, na educação, na cultura, nas infraestruturas, nos fundos comunitários. Este Município não se esquece das freguesias, tem dado espaço para que cada uma das suas freguesias possa por si fazer as suas intervenções e aplicar o dinheiro naquilo que achem mais conveniente. O apoio permanente às coletividades também é refletido neste plano e orçamento para 2020, com bastante expressão, nas estratégias do desenvolvimento do Concelho de Valença, a requalificação da escola, os transportes escolares, as atividades de enriquecimento curricular – tudo isto no âmbito da educação e na coesão social, a ação social escolar e as bolsas de estudo fundamentais para apoiar os estudantes dentro e fora do Concelho, contributo que o Município teima em proporcionar sempre, o apoio à instalação e funcionamento de equipamentos sociais, o investimento canalizado para o saneamento nas várias freguesias, o ordenamento do território, onde está previsto 1.100.000,00€, assim como mais 1.000.000,00€ no desenvolvimento cultural e desportivo do Concelho, o tal apoio às coletividades, às freguesias, às realizações que o Município, ele próprio, poderá promover, o apoio ao desporto, enfim, todos são fundamentais para que o desenvolvimento do Concelho possa ser integrador e acolhedor. O Mapa dos empréstimos, passados 10 anos de atividade deste Município, pouco capital de empréstimo foi utilizado pelo Município durante estes 10 anos, 12.000.000,00€ que há em empréstimos pendentes. Este Executivo, durante 10 anos, apenas utilizou 4.500.000,00€. Em 10 anos, o Município de Valença só necessitou de 4.500.000,00€ de empréstimos bancários, num total de 12.000.000,00€. Deveriam considerar que é um instrumento fundamental para que 2020 continue no caminho do progresso, do desenvolvimento, que todos os valencianos têm vindo a conhecer e com essa perspetiva votar favoravelmente.

- **O Membro Sra. Inês Ferreira** referiu que sempre considerou o orçamento um instrumento fundamental. Na era do Dr. José Luís Serra o orçamento eram dados e números, o que não ajudava na sua análise, no entanto no final do seu mandato, depois de muita insistência já aparecia uma justificação. Os Executivos liderados pelo Dr. Jorge Mendes e agora pelo Sr. Manuel Lopes também mantêm essa postura que considera a mais correta. Postura que lhes dá conhecimento das linhas de orientação que o Município

tem para o ano, assim como, também tem conhecimento de que para se projetar despesa, tem de criar receita e o Município tem duas ou três fontes de financiamento: as transferências, que vêm do Orçamento Geral do Estado, que são poucas, as transferências da Europa, que são muitas, as receitas próprias e os empréstimos. Ora quando acusam o Executivo de que as receitas próprias são baixas, esquecem-se de que para ter receitas mais altas teriam que aumentar aos impostos e as taxas e aquilo que este e o anterior Executivo têm vindo a fazer é reduzir impostos. Fixaram a taxa de IMI mais baixa estabelecida por diploma, a derrama que vai descer, a devolução do IRS para as famílias. A derrama, importante fonte de receita do Município, tem sido um fator atrativo para as empresas que se deparam com falta de disponibilidade de mão-de-obra no concelho e com recurso a fora do concelho. Quanto aos empréstimos, o seu antecessor referiu que o Município tem zelado por não se endividar como sucede noutros concelhos que têm que aplicar a taxa de IMI mais alta para arrecadar receitas para fazer face às dívidas que contraem. Aquilo que o Município de Valença tem estado a fazer é jogar pelo seguro para ter contas rigorosas e consolidadas, não ter dívidas, pagar a tempo exato com os fornecedores, prestar os serviços que os munícipes precisam, que não é um defeito mas sim uma virtude. Relativamente às rendas, mencionou que poderá caber à Câmara pelo menos a iniciativa de criar uma ou outra residência universitária, preocupação referida também pelo Sr. Presidente de Câmara. _____

Quanto ao facto de o orçamento ser baixo, lamentou que o Sr. Salustiano Faria não estivesse presente, porque logo no 1.º mandato referiu, e deve estar em ata, que estava habituado a um nível de execução de 40% em orçamentos enormes. Ora o rigor é fundamental, o nível de execução da prestação de contas apresentado por este Executivo e pelos dois anteriores, com a mesma equipa, é grande e a percentagem de financiamento é alta, o que significa que existem grandes hipóteses de cumprimento daquilo que está no orçamento. Em termos orçamentais, importa que haja receita para a despesa necessária e a execução de grande parte daquilo que está a ser definido no instrumento de previsão. Pode o Orçamento Geral do Estado trazer novidades que este Executivo seja obrigado a fazer retificações ao Orçamento, uma vez que a aprovação deste antecede ao anterior. Por exemplo, o Plano Plurianual de Investimento tem um nível de financiamento assegurado de 81,4%, as atividades mais relevantes têm um nível de financiamento já definido de 82%, o que garante um nível de execução muito grande. Relativamente à habitação, há de facto uma preocupação deste Executivo plasmada na página 23, que passou a citar: "*A recente aprovação da candidatura para a elaboração da estratégia local de habitação, 1.º direito, vai possibilitar ao Município realizar um diagnóstico da situação habitacional do Concelho e identificação das carências habitacionais*". Não se consegue dar resposta acertada a um problema sem um prévio diagnóstico. As "festas e festinhas" trazem muita gente a Valença de vários cantos do país, mas também é precisa a presença dos valencianos para verificarem a afluência de turistas aos fim de semana e em outras ocasiões. _____

Relativamente à segurança do Agrupamento de Escolas Muralhas do Minho, enquanto profissional esclareceu que o incidente de há dias se tratou de uma situação pontual para a qual escola não possui nenhuma segurança apesar de já ter tido dois e quando solicitado à tutela o resultado foi nulo. Caso fizessem o recurso a uma empresa privada, questionou quem suportaria o custo com a prestação desse serviço. Considera que a resolução do problema relativamente aos meninos em questão não passa necessariamente por uma questão de segurança mas sim pela implementação de um conjunto de medidas, designadamente a integração. _____

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente

da Câmara para os respetivos esclarecimentos. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** em primeiro lugar agradeceu, em nome do Município, à equipa que elaborou o presente orçamento e em segundo lugar a propósito de todas as intervenções feitas ao documento passou a citar o Confúcio, filósofo chinês que viveu 500 anos a.C que se aplica à atualidade *"Quem quiser governar bem um país, deve primeiro aprender a governar a sua cidade. Quem quiser governar bem a sua cidade, deve aprender a governar primeiro a sua família. E quem quiser governar bem a sua família, deve aprender primeiro a governar-se a si próprio"*, aquele que não for capaz de se governar-se a si próprio, será incapaz de governar o que quer que seja. O orçamento municipal é um documento orientativo e realista e é apresentado para aprovação quando o Orçamento de Estado ainda está em fase de discussão, ou seja sem quaisquer linhas orientativas do Governo que a existirem poderia elaborar-se um documento mais rigoroso para apresentar a este órgão. Trata-se de um orçamento 1,1 milhões inferior ao do ano passado, mas isso não se prende, como alguém disse, que era em função da receita da água, mas sim à medida das receitas, que se veem mais reduzidas com a fixação de impostos a taxas mais reduzidas, como por exemplo no IUC, derrama, IMI, etc. Como todos sabem as receitas têm de estar equilibradas com as despesas, parte delas auxílios escolares, como por exemplo na atribuição de bolsas de estudo no ensino superior. Há duas faixas etárias que o preocupam que são os jovens e os idosos, estes últimos quando ficam desamparados, cujas estruturas de acolhimento, apesar da qualidade, continuam com falta de capacidade para os acolher, pessoas que muitas vezes precisam de auxílio de terceiros. _____

Aumento da verba para as freguesias, como todos sabem já foi Presidente de Junta e sabe o quão difícil é chegar ao fim do ano com contas positivas. É uma verba muito bem aplicada e considera que é muito bem gerida pelos Srs. Presidentes de Junta e é a primeira vez em sete anos que tal ocorre e não ficará por aqui. As freguesias são o Concelho, e não faz sentido nenhum desertificar as freguesias para viver na sede do Concelho. Já viveu na sede do Concelho, e atualmente vive numa Freguesia e considera que se vive muito melhor no meio rural. O Executivo sempre ponderou e irá ponderar sempre que fizer falta o investimento com recurso a financiamento e candidaturas, caso não haja recursos próprios, e desde que seja indispensável à melhoria de vida dos Valencianos e do Concelho, o fará até porque está 60% abaixo do valor do limite máximo do endividamento, portanto, tem capacidade de endividamento fruto do rigor e da gestão do Município. _____

O apoio à Educação, há dez anos existia uma escola superior com instalações deficitárias e com alguns alunos, atualmente existe uma escola superior de referência, que na 1.ª fase esgota as vagas. A propósito de educação também estão a decorrer as obras na E.B. 2,3 e recordou que na sua era enquanto membro da Assembleia Municipal, foi notícia de jornal a requalificação da então E.B. 2,3, atual Escola Básica e secundária Muralhas do Minho que nunca avançou e que atualmente está em execução, obra na qual a participação do Governo é uma percentagem 4% do valor, de financiamento a fundos comunitários cerca de 50%, e 1.680.000€ serão suportados pelo Município. _____

Seguidamente, referenciou as despesas com funcionários desde vencimento, Segurança Social, combustíveis, transportes escolares, nos resíduos, no tratamento dos mesmos resíduos, iluminação pública – nas freguesias o executivo entendeu que a partir do dia 1 de dezembro, a luz ficará acesa toda a noite, na sede do Concelho já está ligada, espera que o Governo Central se lembre de baixar a taxa do IVA cobrado na eletricidade da iluminação pública de 23% para 6%, como já esteve – encargos com as instalações, na limpeza e higiene, freguesias, 566.000€; instituições sem fins lucrativos, 540.000€; CIM

Alto Minho e AMAMINHO, empresa criada com os Municípios, de Valença, Vila Nova de Cerveira e Paredes de Coura, no âmbito da Proteção Civil, 105.000€; subsídios com casas degradadas, bolsas de estudo, aprovisionamento de 136.000€ na E.B. 2,3 Muralhas do Minho, 1.500.000€; no PAMUS, 433.000€; no Largo Acácio Fernandes, 435.000€, obras alavancadas com o empréstimo de 1.000.000,00€; Parque de Lazer de São Pedro da Torre, 150.000€; a obra em São Pedro da Torre, do cais do Rio Minho, 100.000€; Parque de Lazer de Gondomil; iluminação pública e eficiência energética da Fortaleza. Quer ver a Fortaleza iluminada ao passar no IP1, um ponto de atração; as redes viárias nas freguesias, 300.000€; arruamentos urbanos, mais 100.000€. A amortização com empréstimos ronda os 624.000,00€/ano. _____

A receita está totalmente definida e espelhada no IMI 1.460.000€, no IMT 760.000€, no IUC 373.000€ e a derrama em 147.000€. Os mercados e feiras é uma receita importante para o nosso Município, 480.000,00€, na concessão da EDP, 484.000,00€, a concessão é exatamente igual ao valor que o Município paga de iluminação pública, 500.000,00€, na Ventominho, 247.000€, no FEF, 5.329.000€, no IRS 130.000€ que ao existir mais emprego, existirão mais descontos e maior receita para o Município, transferências com a educação, 1.440.000€, etc. Receitas de capital, recebem dos fundos comunitários e do FEF 592.000€ e da requalificação da Escola E.B. 2,3 Muralhas do Minho, 1.692.000€; da 4.ª Fase da Fortaleza, 212.000€; do PAMUS, 375.000€, da Quinta de Sanfins 203.000€ e 1.000.000,00€ também nas receitas de capital proveniente do empréstimo que contraído para fins específicos e que está sem utilizar. Turismo, recentemente surgiram mais 33 alojamentos locais, fruto da procura, o mesmo irá suceder com a habitação irá despoletar a oferta. Portanto, as pessoas vão construir para poderem ter, para arrendar ou para vender. É de todo bem aplicada a redução de 50% às freguesias em redor da sede do Município e àquelas que despendem de mais tempo, combustível e outras energias para chegarem à sede do Município, sejam contempladas com 75%. No intramuros a aplicação da isenção das taxas deve-se à necessidade de reabilitar na totalidade os edifícios que estão degradados cá dentro, com a agravante do IMI, a todos os proprietários que têm edifícios em situação de ruína. São duas medidas que irão colmatar esta situação. _____

O aumento da taxa de pernoita no albergue justifica-se com a prestação de serviços, desde água quente, aquecimento, atendimento 24 horas, 60 camas, cozinha, máquina de secar e máquina de lavar roupa, e *wi-fi*. Não se trata de fazer concorrência aos alojamentos locais. _____

No que diz respeito ao Cartão Jovem mencionou que teve vários constrangimentos à mercê da conjuntura de Tui para os benefícios a nível do Eurocidade Valença Tui. Terá descontos na piscina, na biblioteca, espetáculos, em todos os equipamentos que há municipais quer dum lado, quer do outro. _____

Quanto ao arrendamento, admitiu que em Valença os arrendatários praticam preços acima da média a nível nacional. _____

Em relação à linha de pensamento do Membro Sr. José Nogueira, que o orçamento é inferior a 1,1 milhões de euros pela questão da receita da água, frisou-lhe que a receita da água e do saneamento, as duas em conjunto, elas representam para o Município, não uma receita, mas sim uma despesa de 413.000,00€ em conjunto. _____

Quanto à fixação dos jovens no nosso Concelho é muito difícil porque numa economia global onde não há fronteiras e o longe faz-se perto e no qual vê as oportunidades que lhes interessa. _____

Quanto à criação de eventos, os Sabores d'Aldeia, o Festival da Lampreia, etc, uma mais-valia para o Município, felizmente, o Sr. Vereador da Cultura criou-os e não foi copiar aos concelhos limítrofes. No

último fim de semana, esteve na Festa do Espumante em Melgaço e não tinha afluência. _____

No que concerne à promoção do Concelho, às melhorias escolares e ao apoio às coletividades, respondeu ao Sr. Presidente da Assembleia que o Município tem desenvolvido um trabalho de apoio de uma forma geral e designadamente no que toca à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Valença. ___
Por último, em relação às mencionadas “festas e festinhas” realçou que têm muitas afluência e agradeceu a quem as organiza. _____

Quando eram 13h36 interromperam-se os trabalhos da sessão para **almoço**, reiniciando-se pelas 15h30.

Retomados os trabalhos e tendo sido esclarecidas as questões quanto aos pontos 2º, 3º, 4º, 5º e 6º pelo Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Srs. José Nogueira, Paulo Esteves e Alberto Vilas tendo os restantes prescindido. _____

- O Membro **Sr. José Nogueira** referiu que o Sr. Presidente da Câmara, praticamente ao que foram críticas ou sugestões ao Orçamento, apenas respondeu quanto à iluminação, uma das medidas que tinham proposto e que foi acolhida orçamentalmente. Não iria reiterar aquilo que consideram que o Orçamento devia comportar de bom para os valencianos, mas quando o Dr. Paulo Esteves diz que o Orçamento é meramente indicativo, já repararam porque tem rubricas abertas. Falou também no mercado, na competição relativamente ao arrendamento das casas, que aqui impera a lei da oferta e da procura, embora seja de Ciências Jurídico-Políticas, também teve algumas cadeiras a propósito desta matéria e julga que num mercado competitivo, Valença não deve nada aos outros concelhos, nomeadamente aos limítrofes. Depois quanto ao mencionado pelo Sr. Presidente da Assembleia em varias matérias, designadamente quanto a uma execução alta, referiu que a execução alta é fácil, basta fazer um orçamento baixo e retificar sempre que necessário. No que concerne à legitimidade, nunca ninguém pôs em causa a legitimidade que foi conferida através do voto ao atual Executivo e à Assembleia, assim como no que concerne ao excelente trabalho de captação das empresas, corroborado pela Dra. Inês Ferreira e também pelo Sr. Presidente da Câmara, aquilo que mencionou foi que com o trabalho de captação das empresas e o pleno emprego, tão propalado, já deveriam de estar a recolher os dividendos, vender os restantes terrenos mais baixos, cujo grande obreiro foi o Dr. José Luís Serra, no entanto verifica-se uma diminuição do valor da derrama em 73.000,00€, coisa que não é de somenos. Também anotou que o Sr. Presidente da Assembleia, certamente por lapso, apelou em nome do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, para uma votação massiva neste Orçamento, sobre o dever de isenção e o que impende sobre o Presidente da Assembleia de ser Presidente de todos os valencianos, estão falados, pelo menos aí. O Sr. Presidente da Câmara tem um discurso muito mais coerente, dizendo apesar de tudo que não se revê na política nacional, mas não deixou de dar uma bicada no IVA da restauração. Aconselhou, usando uma frase de Aristóteles "*O homem que vive só, isoladamente, ou é Deus ou é um burro*", que não se vive isoladamente no âmbito do país, e o Município tem que ter voz a nível nacional, não se pode cingir ao nível local, sob pena da inação referida por diversas vezes, "*laissez faire, laissez passer*". Quanto à questão colocada pela Dra. Inês Ferreira de quem paga a segurança privada, o próprio perguntou quem paga uma morte, incapacidade, danos psicológicos de um professor, aluno ou funcionário e mencionou que se não houver outra hipótese e for necessário, apesar de não ser seu apanágio o recurso à iniciativa

privada, deverá ser feito. _____

Depois ainda sobre as “festas e festinhas”, que trazem muita gente a Valença, não falou em acabar com as iniciativas das associações, da população, de se unir e em ter momentos de convívio e de lazer, e de ter festas e de ter festinhas, neste Concelho, aquilo que referiu foi de ter um evento de referência, e neste Concelho há muito um preconceito “o Sai Prá Rua não presta porque foi do PS”. Oeiras que é Oeiras tem um “Sai Prá Rua” e começou depois de Valença. O estudo que foi deixado na Câmara Municipal sobre a execução do Sai Prá Rua mencionava que o evento era auto-suficiente. A festa de bacalhau não é má, mas chamar-lhe a isso um evento de referência, é assim um bocadinho anormal. Finalizou referindo que subscrevem a declaração de voto dos nossos Vereadores, a qual passou a ler e que seguidamente se transcreve: _____

Declaração de voto PS : “Votamos contra o Orçamento porque não apresenta nenhuma ideia nova, apresenta apenas obras e investimentos lançados em 2019 e nos anos anteriores, ou seja, nem esses conseguiu concluir. Não foi possível apurar com exatidão os custos efetivos para o Município da passagem da água para as Águas do Alto do Minho, apenas podemos comprovar o decréscimo das receitas em 1.1 milhões de euros, estando diluídas todas as outras despesas em rubricas não especificadas, conforme tive oportunidade de salientar. O presente Orçamento não teve em linha de conta nenhuma das propostas apresentadas pelo Partido Socialista na audiência de consulta prévia à criação do Orçamento, exceto a luz. Mas nem assim, porque também temos que pensar em substituir lâmpadas, em substituir por LED, muito mais eficazes energeticamente, e com menor custo para este Município. Depois, o Orçamento aponta para a dificuldade na redução da despesa corrente, vindo com a desculpa de que os novos valores para o salário mínimo fazem aumentar os custos com o pessoal, verificando-se depois nas contas que os custos com o pessoal existente desce 39.780,00€, subindo o custo com a admissão de novos funcionários em 146.815,00€, sendo esta uma opção que hipoteca o desenvolvimento da Autarquia, não só no presente ano, como nos anos seguintes. Mais ainda quando o Município terá de reafetar os recursos existentes no serviço de águas. Este Orçamento torna o Município dependente dos subsídios e transferências do Estado, visto que o rácio total de transferências, total de receitas, sobe de 57,2% em 2019, para 65,3% em 2020. E o total de receitas próprias, o total de receita desce de 42,7% em 2019, para apenas 34,7% em 2020. E isto significa que quando se fala em apertar o cinto, reduzir as despesas de funcionamento, este Executivo Autárquico opta precisamente pelo contrário. Depois, este Orçamento agrava o que os Vereadores do Partido Socialista têm vindo a alertar ao nível do investimento. Vemos que o rácio total do investimento, total de despesa, desce de 33,8% em 2019 para apenas 27,8% em 2020, tornando assim a Autarquia não um motor da economia local, mas apenas um gestor corrente de fundos e subsídios estatais. Acresce ainda o facto de se negligenciarem áreas fundamentais para o progresso e desenvolvimento de qualquer Município que deveriam ser estruturantes para o futuro de Valença, nomeadamente, respostas à problemática da habitação; fixação dos jovens no nosso Concelho; ligação dos nossos estabelecimentos de ensino, nomeadamente da ESCE, à realidade empresarial da nossa região, no sentido de proporcionar uma melhor transição na área académica para o mundo laboral. Aqui aconselharia a verem e a fazerem, e a seguirem o que a Universidade do Minho faz – uma vez que foi aqui tão citada Braga – faz com os seus estudantes, que tem um projeto de os incorporar em ambiente de trabalho mesmo ainda quando estão a estudar. A desertificação as freguesias rurais do Concelho, louvaria aquela medida referida para Gondelim, que efetivamente 95% devia ser

100% e, assim como louvaria outras atitudes tomadas noutras freguesias, mas, se fossem mais além. Por exemplo, Fontoura não está desertificada, mas se nós forem ler a Enciclopédia Luso-Brasileira, vêem que desceu de cerca de 1.800 pessoas para cerca de 720 pessoas. E portanto, isto significa que é muito bom apostar no Concelho, nas zonas adjacentes. Sabe que é mais fácil fazer apostas e investimentos onde há pessoas, porque rende votos, mas não se podem esquecer, até por uma questão de solidariedade, que há freguesias que ficam mais longe e que têm menos capacidades económicas, e nós, com o nosso sentimento de solidariedade, devemos apoiar os problemas concretos das pessoas. É isso que os distingue deste Orçamento. Podem dizer que estão virados para as pessoas, mas quando analisam rubrica a rubrica, número a número, vê-se que são uns miseráveis 100.000,00€ de sempre que aqui são incorporados diretamente para as pessoas, e não mais”.

- O **Membro Sr. Paulo Esteves** mencionou concordar com algumas coisas que o Membro Sr. José Nogueira acabou de referir, mas pontualizou aquilo que é propriamente a responsabilidade da Câmara, com aquilo que são responsabilidades estruturais do Estado, ou seja, aquilo que se poderá, por assim dizer, permitir à custa do contribuinte e do município, é que a Câmara Municipal substitua aquilo que são responsabilidades centrais, porque uma coisa é o Estado, outra coisa é o Município, e outra coisa são aquilo que são as responsabilidades centrais. Há de facto coisas que podem ser feitas pelo Município, que podem ser melhoradas mas do que sabe é que o Sr. Presidente de Câmara tem uma relação de proximidade com as freguesias e com certeza que as rubricas que foram abertas não terão sido por acaso, servirão eventualmente para colmatar algum tipo de deficiência que possa surgir. Em relação à fixação da população, aquilo que possam ser políticas habitacionais, aquilo que possam ser infraestruturas que não estão diretamente relacionadas com a Autarquia, não devem estar orçamentadas, nem devem caber aqui. A Autarquia pode dar uma ajuda, mas não pode substituir o Estado Central. A lei quando é gerada e criada é geral e abstrata, portanto se existe necessidade de criar regimes excecionais para um determinado território, caberá ao Estado Central e não à Autarquia. A Autarquia não pode criar impostos, pode eventualmente ter alguma participação naquilo que são taxas, criar algum tipo de atrativo, mas depois há políticas centrais, que não correspondem às autarquias locais, que devemos eventualmente interferir e desenvolver enquanto Municípios e reivindicar, mas em termos de apontar alguma deficiência, em termos de Município, não lhe parece legítimo.

- O **Membro Sr. Alberto Vilas** começou por referir que apesar de não possuir grau académico não o inibe nem lhe retira capacidade de análise do Orçamento Municipal e quando se afirma que a execução para ser alta basta baixar o nível e assim fica “maquilhada” a execução deverá ter-se em linha de conta que na observância do Estatuto do Direito de Oposição o executivo remeteu a proposta do orçamento e reuniu com os partidos da oposição para auscultação de propostas/sugestões/criticas e daquilo que sabe é que apenas sugeriram propostas para mais despesas, provavelmente muitas delas razoáveis e justas, mas nenhuma no sentido da arrecadação de mais receita, que como todos têm conhecimento para se fazer mais despesa é necessário ter a receita. Compreender-se-iam as sugestões apresentadas para a despesa desde que em simultâneo apresentassem contrapartida da receita, o que não sucedeu. Quando o executivo apresenta o orçamento municipal, projeção para 12 meses, tem de se cingir às receitas que tem ou aquelas que julga que irá ter no próximo ano e adaptar a despesa, que é o que o Executivo tem feito durante estes anos, opção estratégica para o futuro e para o desenvolvimento do Concelho. Dizer-se que o Município não tem capacidade de atração e fixação das empresas, acha que é ultrapassar o razoável, porque como

já o disse na sua 1.^a intervenção, só mesmo quem quer pôr em causa o desenvolvimento industrial do Concelho, a cada dia que passa existem mais pedidos de implantações para os quais não existe capacidade de resposta por falta de área disponível em solo industrial. A fixação das pessoas é fundamental, tem a ver com a política de habitação, segurança, educação, saúde, justiça, vias de comunicação, etc, não há nenhum fenómeno isolado que possa por si só ser justificativo para atrair ou não atrair as pessoas, mas sim um conjunto de fatores que são fundamentais, que hoje em dia as pessoas procuram para que se possam fixar numa determinada terra, sem dúvida que o emprego é fundamental. Não é fundamental ter uma casa, é fundamental ter onde habitar, não uma casa própria, porque por vezes a casa própria é uma âncora que cada um criou que retrai a possibilidade de ir procurar o sucesso noutro lado, e por vezes, não ter casa própria é uma vantagem para a liberdade de expansão para outros locais onde o sucesso possa ser mais alcançável e isto é aquilo que se pretende para este Concelho e no qual o executivo tem apostado e continua a apostar. _____

Por último, mais que uma vez tem sido referenciado por representantes do Grupo do Partido Socialista, que o Sr. Presidente da Assembleia não é isento e de alguma forma não dignifica o lugar para o qual foi eleito, pelo que reforçou que enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Valença procurará sempre dignificar o lugar que ocupa e estar à altura das responsabilidades que o mesmo representa, mas não prescindirá da sua liberdade de expressão e da sua independência enquanto membro desta Assembleia e de divulgar aquilo que pensa. O Presidente da Assembleia não deixou de ser Membro do órgão e pertence a um partido com convicções partidárias próprias através do qual foi eleito e tem o dever de defender as linhas mestras desse grupo ao qual pertence com muito gosto e honra. Pelo que não aceita que se volte a repetir que o Presidente da Assembleia não é isento. _____

Seguidamente, foi dada a palavra ao **Membro Sr. José Nogueira** para questionar o orador anterior. ____

- O Membro **Sr. José Nogueira** no seguimento do seu antecessor dizer que são despesistas, que só se preocupam com a despesa e que não propuseram a criação de receita, questionou-o se não se lembrava que sempre mencionaram que se deveria rever a taxa dos Direitos de Passagem que é fixada muito baixa comparativamente com os outros concelhos a nível nacional, para uma taxa intermédia e aí já cativariam algum dinheiro, assim como já referenciou por diversas vezes que os bancos estão a pagar os seus impostos em Lisboa, mas aquilo que a lei diz é que têm que pagar onde fazem e criam riqueza. Situação que devia ser analisada de maneira a que o Município recebesse efetivamente aquilo que tem direito, assim como deveria existir à semelhança de todos os concelhos, a chamada taxa turística, valor que poderia reverter por exemplo, nem que sejam 10.000,00€ ou 15.000,00€ para uma habitação de família carenciada, ou outra situação de cariz social, para maior dedicação e atenção aos animais abandonados ou aplicar em coisas que se entendam como prementes e necessárias. Finalizou dizendo que a carapuça do despesismo, sem propostas para arrecadação de receita, soluções ou compromissos na obtenção de valores necessários para Valença não serve ao PS. _____

Quanto à questão o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** mencionou que podemos ter muito boas intenções durante um ano inteiro mas no dia em que somos chamados a dar opinião ficamos com a boca calada, ou seja, no dia em que o PS teve a oportunidade de propor uma taxa turística, o aumento do IMI, uma taxa para os telefones, etc, propuseram despesas. Portanto, não adianta nada andar 364 dias a falar na receita, quando no momento indicado para apresentação das propostas de crescimento da receita, pura

e simplesmente, apresentaram soluções de despesa. Deveriam ter aproveitado a oportunidade e reverterem todas essas intenções apontadas. Eventualmente na próxima discussão do Orçamento de 2021 quem for representar o Partido Socialista apresentará esses aumentos de taxa. _____

Seguidamente, o Membro **Sr. José Nogueira** interpelou a mesa e questionou o Presidente da Mesa se esteve na reunião realizada entre a Câmara e os partidos no âmbito de auscultação de propostas ou sugestões à proposta de orçamento, porque caso estivesse presente teria ouvido as sugestões colocadas pelo Partido Socialista, cujo teor foi transmitido aos restantes elementos do Partido e às quais Sr. Presidente da Câmara não o desmentiria. Até porque o Sr. Presidente da Câmara na mensagem do orçamento menciona que todos foram importantes na sua definição o que significa que também deram sugestões. Reunião na qual também estava presente o financeiro, Dr. Hélder que elucidou para algumas questões relativamente a uma potencial receita para o nosso Município na parte turística. Temos em que o Sr. Presidente da Mesa antes de afirmar deveria procurar a verdade. _____

Perante tal intervenção, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** referiu que não tem conhecimento de qualquer proposta formal para aumentar a receita para o Município, assim como também em plena discussão do Orçamento ninguém referiu a criação de uma nova taxa ou a não aceitação de determinadas reduções da taxa. Aliás, foi anunciado que iriam votar favoravelmente e que se achava muito bem. Portanto, daí a sua intervenção enquanto membro da Assembleia, no sentido de que não podem só pensar na despesa, temos têm que pensar na receita. _____

Finalizadas as intervenções, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para os respetivos esclarecimentos. _____

O **Sr. Presidente da Câmara Municipal** mencionou que quando o Membro Sr. José Nogueira falou em direitos de passagem, associou a direito de passagem de carros, que fosse cobrado 1,00€ a cada carro que entrasse na fortaleza, compensava a despesa de reabilitação das outras fases desta que já estão deterioradas. As árvores ainda de pequeno porte colocadas na última fase já estão todas esfoladas dos carros, deveria existir bom senso. _____

Seguidamente, mencionou que o Município para a fixação da população e criação de condições e benefícios está a devolver 70% do IRS às pessoas que tenham residência no Concelho. _____

Corrigiu o Membro Sr. José Nogueira dizendo-lhe que a Zona Industrial de Gandra não começou com o Dr. José Luís Serra, mas sim no tempo do Major Alberto Magno Pereira de Castro, continuou com o Dr. Fernando Barbosa e com o Dr. José Luís Serra, continuou com o Jorge Mendes, e atualmente com este Executivo, sem esquecer a nova zona industrial de São Pedro da Torre. Com o novo PDM serão criados mais núcleos empresariais, quer a norte, quer a sul do Concelho, Friestas, Verdoejo, Cerdal, para fixar micro-empresas, pequenas empresas familiares, atualmente desprotegidas numa zona industrial concebida para empresas de média e grande dimensão. Assim que o novo PDM estiver para discussão pública todos terão o direito de se pronunciar e apresentar a sugestões e reclamações. _____

Em relação à segurança nas escolas admitiu que hoje em dia ser professor é uma profissão de alto risco e aluno também não é menos, contudo continuarão a estar atentos para que as escolas deste Concelho venham a ser um exemplo e sejam noticiadas pela positiva _____

Quanto ao Orçamento, durante o ano poderão existir diversas modificações orçamentais. Despesas com

peçoal estão expressas no Orçamento, e aquilo que o Membro Sr. José Nogueira leu acerca do assunto trata-se de uma previsão. Nas Escolas existe o dobro do rácio exigido a nível nacional em termos de recursos humanos, cuja despesa é responsabilidade quase integral do Município. O Ministério da Educação apenas paga a verba correspondente ao que se encontra estipulado em lei “X auxiliares por turma”.

Prosseguindo e agora respondendo ao Membro Sr. Paulo Esteves mencionou-lhe que para copiar há que ter habilidade e concorda que se faça àquilo que os outros concelhos têm de bom. Valença fez a recriação histórica das invasões francesas, na Fortaleza, juntamente com o Município de Almeida, parceiro na candidatura a Património da Humanidade, o Mundo a Dançar que é transversal aos concelhos aderentes, os Sabores d’Aldeia, um evento de referência. Quanto aos eventos descentralizados, Valença é dos concelhos que mais os pratica, desde os Sabores do Anho, Festival da Lampreia, Sabores Serranos, Serões N’Aldeia, à Fortaleza de Natal e do Chocolate, etc. Alguns deles estão no limite da capacidade do evento, como sendo o Festival da Lampreia e o Sabores do Anho, sendo preferível manter e não exceder a capacidade para não ficar mal referenciado. Portanto a imagem de marca que o Município de Valença quer continuar a preservar e defender é a referência e a vontade de regressar.

Quanto à execução orçamental gostava que aqueles que dizem ou disseram que é mais do mesmo, que ocupassem o cargo que ocupa para ver se conseguiam fazer mais e melhor, porque se não tiverem receita não poderão ter despesa. É uma questão de opções ou impostos baixos ou mais investimento, que é o momento certo para decidirem uma vez que ainda está em fase de discussão.

Ao Membro Sr. José Nogueira mencionou que em termos de iluminação pública o Município tem feito um investimento bastante grande na mudança das lâmpadas por tecnologia LED, que o passou a descrever e frisou aos Srs. Presidente de Junta que não vale a pena solicitar lâmpadas para iluminar um caminho pelo meio de uns eucaliptos ou pelo meio de um pinhal, sem habitações, porque não fará esse tipo de investimento. Quando é ramal, a Câmara tem de pagar os postes, o cabo e a energia que vier a ser consumida. Reforçou que em termos de iluminação pública o Município paga de consumos 500.000,00€/ano. Portanto devem ser comedidos no que solicitam.

PONTO 3º- ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020, NORMAS DE EXECUÇÃO E MAPA DE PESSOAL

Termos em que tendo sido objeto de discussão a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de trinta e um de outubro findo, a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria**, o **ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2020**, num universo de 27 (vinte e sete) Membros, obteve **20 (vinte)** votos a favor, **6 (seis)** votos contra dos Membros Srs. Luís Amorim; Cláudia Moreira; José Nogueira; Ana Tomé; Carlos Aleixo; Álvaro Gomes e **1 (uma)** abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó. Mais foi deliberado, agora por unanimidade, não transcrever na ata os aludidos documentos, pelo que, rubricados pelos respetivos Membros da Mesa presentes, ficam arquivados na pasta anexa a este livro de atas, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei número 45.362 de 21 Novembro de 1963, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei número 334/82 de 19 de Agosto. __

Seguidamente, também com base na mesma proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria**, as **NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL PARA 2020**, num universo de

27 (vinte e sete) Membros, obteve **20 (vinte)** votos a favor, **6 (seis)** votos contra dos Membros Srs. Luís Amorim; Cláudia Moreira; José Nogueira; Ana Tomé; Carlos Aleixo; Álvaro Gomes e **1 (uma)** abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó. _____

Por último, sob a mesma proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal aprovou, **por maioria**, o **MAPA DE PESSOAL PARA 2020**, num universo de 27 (vinte e sete) Membros, obteve 20 (vinte) votos a favor, 6 (seis) votos contra dos Membros Srs. Luís Amorim; Cláudia Moreira; José Nogueira; Ana Tomé; Carlos Aleixo; Álvaro Gomes e 1 (uma) abstenção do Membro Sra. Cláudia Labrujó. _____

PONTO 4º- REGIME DE INCENTIVOS PARA 2020

Termos em que tendo sido objeto de discussão a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de catorze de novembro corrente, a Assembleia Municipal deliberou num universo de 27 Membros, a Assembleia Municipal aprovou unanimidade, as normas excepcionais e transitórias para vigorar no ano 2020, no âmbito do Regime de Incentivos: _____

“1 – Empreendimentos Turísticos _____

As operações urbanísticas relativas à construção de novos empreendimentos turísticos ou revitalização, alteração e ampliação de existentes, beneficiam de: _____

- i. Redução de 50% nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE), da Taxa Municipal da Urbanização (TMU) e das compensações devidas por aplicação do regime de cedências; _____
- ii. Dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização; _____
- iii. Agilização e acompanhamento dos procedimentos de licenciamento. _____

2 – Acolhimento Empresarial _____

As operações urbanísticas de construção de novas unidades empresariais/industriais, ou de ampliação de existentes localizadas em solo e zonas industriais beneficiam de: _____

- i. Redução de 50% nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do RMTUE, da TMU e das compensações devidas pela aplicação do regime de cedências; _____
- ii. Dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização. _____

3 – Fixação Populacional _____

3.1 – Operações de loteamento e edifícios com impacto semelhante a loteamento, destinados a habitação e mistos, beneficiam de: _____

- i. Redução de 50% no valor das compensações devidas por aplicação do regime de cedências; _____
- ii. Dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização. _____

3.2 – Habitação própria e permanente _____

As operações urbanísticas de construção, reconstrução, ampliação e alteração de moradias unifamiliares, destinadas a habitação própria e residência permanente do requerente, em toda a área do Município, beneficiam de: _____

- i. Redução de 50% em todas as taxas da tabela do RMTUE, e da TMU, a qual incide sobre

o restante da redução já prevista no n.º 2 do artigo 5.º do RMTUE; _____

ii. Dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização. _____

Conjugando a presente redução de 50% com a redução prevista no artigo 5º/2 do RMTUE, tem-se a redução final nas taxas da tabela do RMTUE e da TMU de: _____

a) Lugar de Gondelim na freguesia de Cerdal – Redução de 95%; _____

b) Freguesias de Boivão, Gondomil e Sanfins, Fontoura, Taião e Silva e S. Julião – Redução de 75%; _____

c) Restantes freguesias do município – Redução de 50%. _____

4 – Reabilitação do Centro Histórico _____

Os procedimentos relativos a operações urbanísticas de reabilitação, alteração e ampliação de edifícios, inseridas na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico, beneficiam de: _____

i. Isenção nas taxas da emissão do alvará de licença ou admissão de comunicação prévia – quadro IV da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas da Urbanização e Edificação (RMTUE), da Taxa Municipal da Urbanização (TMU) e das compensações devidas por aplicação do regime de cedências; _____

ii. Dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização; _____

iii. Serviço de arqueologia gratuito; _____

iv. Demais reduções e incentivos previstos na Operação de Reabilitação Urbana (ORU) do Centro Histórico de Valença. _____

5 – Empreendimentos de interesse municipal _____

5.1 – Os empreendimentos de interesse público municipal, como tal reconhecidos pela Assembleia Municipal, beneficiam da isenção do pagamento de taxas da tabela do RMTUE, da TMU e das compensações, bem como a dispensa de caução na liquidação de taxas e para as obras de urbanização. ____

6 – Entrada em vigor e âmbito de aplicação _____

6.1 – O Regime de Incentivos 2020 entra em vigor no primeiro dia útil do mês de janeiro de 2020; _____

6.2 – O presente regime é válido apenas para o ano de 2020 e aplica-se às taxas cujo pagamento seja efetuado até 31 de Dezembro de 2020. _____

6.3 – O presente regime aplica-se aos processos iniciados na sua vigência, bem como aos processos pendentes ou que ainda não tenham liquidado as respetivas taxas. _____

6.4 – O presente regime não se aplica às legalizações, nem às taxas relativas a procedimentos administrativos que não decorram diretamente do licenciamento ou comunicação prévia. _____

6.5 – No caso da habitação própria e permanente (ponto 3.2), a redução prevista no presente regime inclui as construções anexas e complementares da habitação, quando incluídas no mesmo processo da habitação. A redução não se aplica a essas construções complementares e anexas quando apresentadas em processos autónomos. _____

6.6 – Os pedidos são iniciados com apresentação de requerimento próprio, do qual não é cobrada taxa na sua apresentação, e declaração de compromisso do requerente, na qual declara que cumpre os requisitos para beneficiar do presente regime e se compromete manter os requisitos e condições que determinaram a concessão dos incentivos por um prazo mínimo de 5 anos. _____

Tendo sido objeto de discussão a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de catorze de novembro corrente, para a alteração da taxa de pernoita no Albergue de S. Teotónio para 6€ (seis euros), a Assembleia Municipal num universo de 27 Membros aprovou, unanimidade, a referida alteração. _____

PONTO 6º- ACORDO DE EXECUÇÃO COM AS FREGUESIAS – ATUALIZAÇÃO DE VERBAS

Termos em que tendo sido objeto de discussão a proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de trinta e um de outubro findo, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da atualização em 5% da verba a transferir no âmbito do acordo de execução celebrado com as Freguesias. _____

PONTO 7º- REGULAMENTO MUNICIPAL DA JUVENTUDE

Presente a proposta de regulamento do Conselho Municipal de Juventude, sob proposta da Câmara Municipal aprovada por deliberação, em sua reunião de catorze de novembro corrente, cuja proposta foi objeto de discussão pública, publicada na 2ª série do Diário da República. Seguidamente, o Sr. **Presidente da Assembleia** procedeu à abertura de inscrições, tendo-se inscritos os Membros Srs. Cláudia Labrujó, Cláudia Moreira, José Nogueira e Lara Rocha. _____

- O Membro Sra. **Cláudia Labrujó** solicitou que fosse feita uma breve explanação sobre o desenvolvimento futuro do Conselho Municipal de Juventude, o qual provavelmente passará pela eleição de uma Comissão. Será uma excelente oportunidade para que todas as coletividades juvenis do Município estejam ativas e envolvidas social e civicamente, nomeadamente as associações de estudantes, que lhe parece que hoje em dia, pouco fazem e apenas dentro da escola. A juventude vem das decisões dos mais velhos e de todas as tomadas de decisão na envolvente. Seguidamente, colocou algumas questões que foram abordadas ao longo desta Assembleia e que se enquadram no ponto em apreço. Relativamente às taxas, a maior fonte de receita do Município provém da taxa aplicada aos feirantes e atendendo à previsão de menor quantidade de feirantes sugeriu fazer ajustamento às taxas ou pelo algum incentivo e dar outras contrapartidas. Relativamente à Quinta de Sanfins, concorda com a requalificação, sugerindo ao Sr. Presidente da Câmara que disponibilizasse um autocarro do Município, para num dia de realização da sessão da Assembleia Municipal irem todos fazer uma visita guiada à referida Quinta. Tem muita história que deve ser aproveitada, questionando se tem alguma fonte de receita e quais são as perspectivas futuras. Por último, lembrou que existem questões que colocou e ainda não foram esclarecidas, designadamente o processo judicial n.º 11 bem como a despesa prevista no Orçamento relativa ao tratamento de resíduos. _____

Perante estas questões que o Sr. **Presidente da Assembleia Municipal** interrompeu a intervenção para recordar à oradora anterior que o ponto em apreciação é o regulamento do Conselho Municipal de Juventude e que não lhe podia permitir que avançasse descabidamente sobre outros assuntos tratados anteriormente, nos quais teve a oportunidade de intervir. _____

Perante este alerta o Membro Sra **Cláudia Labrujó** referiu que apresentaria por escrito para a

Assembleia Municipal. _____

- O Membro **Sra Cláudia Moreira** mencionou que é com enorme satisfação e sentimento de dever cumprido que neste dia a bancada municipal socialista viu chegar à discussão para aprovação neste órgão o regulamento do Conselho Municipal da Juventude. Foram precisos 10 anos, desde a promulgação da lei n.º 8/2009, de 18 de fevereiro, regime jurídico dos Conselhos Municipais de Juventude, para que a luta da bancada socialista visse frutos quanto à implementação deste Conselho Municipal na cidade de Valença. O que não se compreende, por um lado, porque o artigo 27.º dessa mesma lei, determinava que todos aqueles concelhos que à data da promulgação da lei não tivessem instituído o Conselho Municipal da Juventude, o deveriam fazer nos 6 meses seguintes e por outro lado, porque o regulamento hoje apresentado é mera transposição das normas constantes da mencionada lei, com um simples acréscimo de que se prevê que o mandato geral do Conselho Municipal da Juventude tenha uma duração de 4 anos. Não é compreensível o porquê de uma delonga tão larga na sua elaboração, no entanto o Partido Socialista considera um dia importante e de celebração, sobretudo para os jovens valencianos porque a implementação do Conselho Municipal da Juventude é desde logo o primeiro passo para políticas reais, e para a sua efetiva aplicação no âmbito da juventude, pelo que iriam votar favoravelmente o regulamento, questionando o senhor Presidente da Câmara se a operacionalização está a ser feita, se já foram contactadas as entidades constantes do artigo 4.º, do referido diploma legal e se estas já indicaram os seus representantes. Avançou que é Presidente da Concelhia da Juventude Socialista que terão um lugar e que ainda não fomos contactados, pelo que supõe que o mesmo terá acontecido quanto às outras associações.

- O Membro **Sr. José Nogueira** mencionou que o Executivo Municipal propôs em reunião da Câmara Municipal a criação do Conselho Municipal da Juventude e apresentou o correspondente regulamento com as vicissitudes que a sua antecessora acabou de apontar. Foi aprovado por unanimidade e vem agora à Assembleia Municipal para aprovação final, já se sabe que o Partido Socialista votará favoravelmente. Nos últimos 6 anos, insistentemente, o Sr. Óscar Silva foi dizendo que o Município estava na ilegalidade, foi referindo a lei n.º 8/2009 e as correspondentes alterações e o Município de Valença não o implementou. Portanto, agradece que não se tenha que reportar tudo no dia em que é exercido o direito à oposição de se pronunciar. Espera que o regulamento do Conselho Municipal da Juventude não fique no papel como todas as outras comissões e todos os outros conselhos desta Câmara Municipal, que não funcionam. _____

- O Membro **Sra. Lara Rocha**, após cumprimentar, mencionou que a sua intervenção talvez provocasse opiniões dissonantes. É do conhecimento de todos que o Município de Valença, nos últimos anos, tem levado a cabo medidas com o foco na juventude, desde logo o apoio às coletividades desportivas e a todos os jovens que praticam desporto, proporcionando acompanhamento médico aos praticantes, com a implementação do Centro de Medicina Desportiva. Têm também havido ações de colaboração com o Instituto do Desporto e incentivo à prática desportiva em todas as faixas etárias e também nas atividades culturais, designadamente o ensino da música, que muitos jovens atraindo e reúne, em torno de algo tão salutar quanto inspirador. Há programas de apoio ao empreendedorismo jovem, ATL's no verão com atividades dentro do Município, trabalhos conjuntos com a ESCE, Associações de Estudantes e Escolas Profissionais, práticas que reúnem os jovens e dinamiza bastante a cidade de Valença, mas não são suficientes, não fazendo atribuição de culpa, mas de responsabilidades. Em primeiro lugar, à sociedade,

que não lhes dá espaço para se exprimirem livremente, incutindo-lhes valores e preconceitos, sem os poderem questionar com legitimidade. Em segundo lugar, ao Governo e ao sistema político no seu conjunto, que parecem esquecer de como se fala aos jovens, parecem já não os saber ouvir. Sendo o Conselho Municipal da Juventude um órgão consultivo, com função de, como é dito no artigo 13.º, alínea a), referente às suas competências e passo a citar: “*Colaborar na definição e execução das políticas municipais da juventude, nomeadamente nas áreas de emprego e formação profissional, habitação, educação e ensino superior, cultura, desporto, saúde e ação social. E, promover a discussão das matérias relativas às aspirações e necessidades da população jovem residente no Município*”, tem a esperança de que seja um importante suporte dos jovens, sobretudo dos recém adultos, nos seus primeiros passos no mundo real. Ninguém os ensina na escola a ser cidadão, na componente mais prática que a palavra alberga, nem a agir perante a sociedade e o emprego. Está a tentar colaborar com escolas para fazer a sua tese sobre cidadania e não se mostram disponíveis. Parece não ser uma preocupação real a nível nacional e considerando que ouve muitos jovens queixarem-se, não lhe parece descabido que Valença promovesse, através, por exemplo, do Conselho Municipal da Juventude, ações de esclarecimento com temáticas diversas dentro deste âmbito. Quanto ao emprego, na sua ótica, é difícil a captação de jovens porque não há oportunidades. As oportunidades que tem encontrado em Valença versam no salário mínimo, que entre as despesas com a renda, água, eletricidade e a alimentação, não sobra receita dos míseros 600 e poucos euros. Não quer ficar em Valença porque, na sua opinião, não há nada de interessante a não ser as Muralhas e atividades pontuais. A cultura, em todas as suas formas de expressão artística, que são múltiplas, deviam ser mais presentes e direcionadas aos gostos dos jovens. Não há infraestruturas, quer noturnas, quer diurnas, que permitam um convívio harmonioso. Quantas vezes se ouviu que os jovens precisam de um parque de lazer com condições para práticas desportivas ao ar livre e convívio, num espaço agradável e de preferência arborizado, que promovesse o contacto com a natureza, que apesar de se dizer que não há orçamento, considera não ser um problema fazerem o próprio parque, desde que tenham luz verde. No que concerne ao Jardim Municipal, há jovens valencianos com planos para o dinamizar. A educação é outro caso que a preocupa. Grande parte das vezes que vê o nome de Valença em notícias, associado à Festa da Lampreia, à criminalidade ou a conflitos no seio do agrupamento. Em alguns casos culpando os jovens de etnia cigana, o que não lhe parece o mais correto, tendo em conta que são todos iguais, reagem a estímulos consoante os pececionam. A propósito questionou qual será o problema real da escola para haver tantos desacatos e violência, porque aquilo que se ouviu de manhã é que se tratam de situações pontuais, no entanto desde que vive em Valença a violência é uma situação recorrente. Não é com uma requalificação a nível de estrutura que os problemas de décadas se vão resolver. A nossa biblioteca tem poucos livros, a *internet* falha, os computadores estão desatualizados, com ferramentas pouco úteis, das mais elementares e indispensáveis para desenvolver trabalhos escolares. Outra preocupação bastante atual é a ecologia e o ambientalismo. Os jovens valencianos, muito motivados talvez pelos jovens dos outros cantos do mundo, querem que Valença seja mais verde, limpa, com caixotes de lixo, papuleiras, com depósitos de beatas, com infraestruturas que os permitam locomover de formas mais amigas do ambiente. Querem informação mais atualizada e que lhes chegue atempadamente, mais honestidade, menos “vamos ver” ou “logo se vê” e mais “vamos fazer”. Fazendo de Valença uma cidade em que os sonhos possam respirar e concretizar-se, com certeza que assim os jovens vão querer ficar.

Terminadas as intervenções foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal** para os necessários esclarecimentos. Começou por referir que logo no início desta Assembleia Municipal disse que uma das preocupações deste Executivo eram os jovens e os mais velhos. _____

Apontou à Sra. Cláudia Moreira que o preâmbulo do projeto do regulamento em apreço versa a lei n.º 8/2009 de 18 de fevereiro e recordou que nesse ano o Município estava a ser governado pelo Partido Socialista. A composição deste Conselho Municipal de Juventude só pode ser formada depois de aprovado o regulamento, que como disse é uma transposição do artigo 5.º da lei n.º 8/2009 com uma pequena alteração no que concerne à duração do mandato. O regulamento não se pode sobrepor à lei. Em relação à sua constituição, a seu tempo serão contactadas todas as entidades que têm que estar representadas. _____

Em relação ao mencionado pelo Membro Sr. José Nogueira, referiu que a aprovação do regulamento veio no seu timing e o mesmo sucederá com a constituição do Conselho. _____

No que concerne à intervenção do Membro Sra. Lara Rocha, depois de ter ouvido atentamente e não comungar exatamente das mesmas ideias, porque apesar de ter uma idade diferente tenta pensar como os jovens, inclusivamente inserindo-se no meio deles, assim como discorda da afirmação que fez sobre um Concelho mais verde, porque se olhar para qualquer um dos cantos do Concelho existe muito verde, mas se tivesse dito “Mais florido e mais cuidado”, concordaria perfeitamente, embora seja necessário mais mão-de-obra e receitas. _____

Finalizados os esclarecimentos, o **Sr. Presidente da Assembleia** procedeu à abertura da **segunda ronda** de interpelações, tendo-se inscrito os Membros Sra. Cláudia Moreira e José Nogueira. _____

- O Membro **Sra. Cláudia Moreira** na sequência da resposta do Sr. Presidente da Câmara à sua anterior intervenção, referiu que realmente não se podem sobrepor à lei, mas podem manter e inovar e se inovaram no sentido de acrescentar que um mandato teria 4 anos, também poderiam ter inovado noutras coisas, contudo não era propriamente isso que estava em questão. Se não podem sobrepor-se, também há uma coisa que é um facto então, as entidades que vão compor o Conselho Municipal da Juventude estão predeterminadas na lei antes e depois do regulamento ser aprovado. Clarificou que o sentido da sua intervenção acerca do assunto foi de apenas saber se já tinham comunicado às entidades predeterminadas que ia ser instituído o Conselho Municipal da Juventude e em caso afirmativo se estas já tinham indicado os respetivos representantes. _____

- O membro **Sr. José Nogueira** questionou da disponibilidade do Sr. Presidente da Câmara, através do Sr. Presidente da Assembleia Municipal, em facultar aos membros da Assembleia Municipal cópia de todos os projetos que venham a estar em discussão pública, para poderem fornecer os seus *apports*, justificando o pedido com a dificuldade de os encontrar no Portal do Município. Por último, questionou se a iniciativa foi do Sr. Presidente da Câmara, uma vez que se preocupa com a população valenciana e atirou as culpas que a lei tinha sido publicada no tempo do Dr. José Luís Serra, e se enquanto Vereador, não tinha essa faculdade de propor e adiantar, e só agora, como Presidente, é que se lembrou que tinha que aprovar o regulamento em apreço. _____

Terminadas a segunda ronda, foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, que salientou

que o Membro Sra. Cláudia Moreira deveria ter aportado todas as situações hoje apontadas no período de discussão pública do Regulamento e que caso assim o tivesse feito hoje seriam benéficas e não estariam a ser discutidas. _____

Quanto ao mencionado pelo Membro Sr. José Nogueira frisou que enquanto foi Vereador do Município, ao longo dos 10 anos que se antecederam a esta data, sempre cumpriu com as suas obrigações e se encontrou alguma falha não a apontou, portanto perdeu uma bela oportunidade de o fazer. _____

Terminadas as interpelações e os respetivos esclarecimentos, a **Assembleia Municipal** num universo de **23 (vinte e três) Membros** aprovou, por unanimidade, o **Regulamento do Conselho Municipal de Juventude**. _____

Com esta contextualização o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** solicitou ao Primeiro Secretário a leitura da **ata em minuta** relativa à ordem de trabalhos da presente sessão que, finda a mesma foi colocada à votação, tendo sido num universo de 23 (vinte e três) **Membros** aprovada **por unanimidade**. Mais, comunicou que os trabalhos estavam encerrados quando eram 17h20m. _____

Para constar e para os devidos efeitos legais se lavrou a presente ata composta por trinta e quatro páginas, a qual vai ser assinada pelo **Presidente da Assembleia Municipal** e pelo Coordenador Técnico e regime de mobilidade que a redigiu. _____

Apoio à Assembleia Municipal O Coordenador Técnico (regime de Mobilidade)	Assembleia Municipal de Valença O Presidente,
_____	_____
Elisabete Guerreiro Dias Esteves	Alberto Luís de Oliveira Vilas